

Diário do Legislativo de 08/01/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 91ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 92ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião Solene da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 91ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/12/2007

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Vanderlei Miranda; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 1.887/2007 e dos Projetos de Lei nºs 524, 1.404, 1.414 e 1.585/2007; aprovação; suspensão e reabertura da reunião; questão de ordem; Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.737 e 1.738/2007; aprovação - Decisão da Presidência - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro; discurso do Deputado Carlos Pimenta; aprovação - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.676/2007; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.584/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.879/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 598/2007; discursos dos Deputados Antônio Júlio e Weliton Prado; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 755/2007; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Carlin Moura e Vanderlei Miranda; questão de ordem; discursos dos Deputados Getúlio Neiva, André Quintão e Domingos Sávio; suspensão e reabertura da reunião; questão de ordem; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 6; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.615/2007; discurso do Deputado André Quintão; registro de presença; prorrogação da reunião; discursos da Deputada Elisa Costa e do Deputado João Leite - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gilberto Abramo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, desejo apenas fazer uma observação à leitura da ata feita pelo Deputado Gilberto Abramo. É possível que o número do projeto tenha sido grafado errado. O caro colega leu-o duas vezes. Da primeira vez, foi dito 755, que é o correto, mas, da segunda, em vez de 755, foi dito 555. Pode ter sido um lapso do nobre colega.

O Sr. Secretário - Foi um lapso da minha parte. O número é 755.

O Deputado Vanderlei Miranda - Agradeço a meu professor particular de português, o Deputado Durval Ângelo, que me faz um aparte meio estranho, o qual aceito, dizendo que lapso significa esquecimento. Foi exatamente isso o que quis dizer. O Secretário esqueceu-se de que era 755 e pronunciou 555. As gravações aí estão para confirmar. Contudo, agradeço ao meu assessor para assuntos de português, o Deputado Durval Ângelo.

Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

- A seguir, são submetidos à discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 1.887/2007, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre as especialidades e as atribuições dos cargos de provimento efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências (À promulgação.); e dos Projetos de Lei nºs 524/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que descreve ao Município de Jequeri; 1.404/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Era o imóvel que especifica; 1.414/2007, do Governador do Estado, que altera o art. 1º da Lei nº 12.688, de 15/12/97; e 1.585/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado (À sanção.).

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos nós acompanhamos pela imprensa o fim da greve de fome do Bispo D. Luiz Flávio Cappio. Ontem pela manhã, eu e o ex-Embaixador Tilden Santiago, ex-Deputado Federal do PT, encaminhamos por "e-mail" para várias entidades e para os jornais, uma carta que gostaria de toná-la pública: (- Lê:)

"Mane nobiscum", Luiz Flávio Cappio, se uma gaiola passar por aí, subindo o Velho Chico, na direção de Minas, venha para Pirapora, que seremos muitos os amigos, barranqueiros ou não, mineiros, brasileiros, até estrangeiros, a acolhê-lo no cais, porque preferimos você vivo, como confessor da fé, participando de uma caminhada de saída do Egito, que não termina com a transposição do nosso rio. "Mane nobiscum". Fica conosco, pois já é tarde e a noite vem chegando. Passe a noite em Emaús, na cidade dos homens, não volte a Jerusalém, a cidade de Deus. O povo libertador e libertado ainda caminha nas trevas da dominação. "Mane nobiscum", partindo o pão e bebendo o vinho da alegria, na esperança do alvorecer com água, pão e liberdade para todos. Sabemos que seu gesto de resistência não significa desistência de uma luta, que poderá não ser coroada de êxito. Acompanhamos com respeito sua firmeza em doar a vida para os pobres e para o Rio São Francisco. Aliás, confessor da fé você já é há 33 anos, quando abandonou o convento em São Paulo e um caminhoneiro o trouxe para o Nordeste - para viver o franciscanismo junto das populações ribeirinhas da Bahia, onde você acabou Bispo, sucessor dos apóstolos. Confessor da fé você já é, como Francisco, nosso pai, como Vicente de Paulo, D. Bosco e tantos outros. Continuar confessor da fé até a morte ou sublimá-la com sua imolação, caso se torne impossível um diálogo verdadeiro e transparente, só a fortaleza do espírito em sua consciência individual é que decidirá. Confiamos em você, por ser um ser iluminado. O respeito à sua decisão e à força d'Aquele que sopra onde quer não nos impede de desejá-lo vivo, como um amigo e irmão de caminhada. É que com a transposição ou sem ela, a revitalização e a solução para o semi-árido são tarefas e missões inadiáveis, acabando de uma vez por todas com a indústria da seca. "Mane nobiscum".

Há uma semana, junto com três Deputados das Comissões de Direitos Humanos e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, João Leite (PSDB), Gil Pereira (PP) e Fábio Avelar (PSC) e servidores daquela Casa, tivemos a alegria de conhecê-lo ou revê-lo. Vimos você lúcido, calmo, consciente e fiel a uma missão profética que carrega misticamente dentro de si: os pobres das regiões ribeirinhas, as águas de um rio, as barrancas com pouca mata ciliar ou assoreadas, os peixes, a fauna e a flora do cerrado, o profeta de Nazaré no solo seco da Judéia, o trovador medieval da Umbria. Missão espiritual vivida nesse cenário messiânico, que é o Nordeste brasileiro, que no passado conheceu líderes como você. A civilização contemporânea, D. Luiz Flávio, marcada pelo sufoco do mercado, pelo absolutismo do crescimento econômico, pela acumulação sem limites graças ao avanço científico e tecnológico, pela ganância e insensibilidade do agro-hidronegócio, pela tecnocracia predominante, pelo império da economia sobre a política, a ética, a ecologia, a ecopolítica, a filosofia, a sabedoria, a espiritualidade, tem grande dificuldade de entender fatos e mensagens densos de carga profética e mística. Somos uma geração pouco disposta a ler a grandeza interior dos mortais, especialmente quando estes, como você, nos colocam de cheio a interação vida e morte, seja na vivência dos pobres, seja no seu destino pessoal, seja na existência de um rio. Mas os pobres, com quem você vive há 33 anos, têm ouvidos e coração para entendê-lo e correr em massa, como vimos nós e os outros três Deputados: a igreja e a árvore onde você jejuava. Aprendemos do Mestre que certos males na terra dos homens só serão resolvidos com muito jejum e oração e são combatidos com eficácia profética. Uma contraposição profética e mística é uma denúncia que está longe de se assemelhar ao jogo, freqüentemente aparente, só para inglês ver, de situação e oposição política, mais teatro que política, na busca do poder pelo poder. Se não considerarmos posições individuais de políticos, qual a posição, hoje, dos partidos políticos brasileiros, em face do problema do semi-árido, da revitalização, da transposição e em face do jejum, no qual você se imola?

Simplesmente não existe. Os partidos são omissos. Mas é bem verdade que além dos filhos do sertão, não são poucos aqueles que se sensibilizam com seu gesto, nacional e internacionalmente, apesar de não ter você a força do poder e da mídia. É muito mais fácil para setores da mídia nacional e algumas personalidades incomodadas do poder civil ou eclesiástico tentar divulgar a interpretação de que estamos diante de uma postura suicida, como se isso tranquilizasse a consciência inquieta em face do choque provocado pelo gesto heróico desse sucessor dos apóstolos. Saiba perdoar, D. Luiz Flávio, o que faz parte da lógica do "depositum fidei", e não da racionalidade política. É que antes de ser sucessor dos apóstolos, você foi e permanece um filho de Francisco, que levou a sério sua filiação franciscana. A multidão daqueles que vêm da grande tribulação estará com você, D. Luiz Flávio, mártir ou confessor da fé, pouco importa. Mas se você nos perguntar nossa preferência, dizemos-lhe com simplicidade, carinho e ternura: "mane nobiscum" - como em Emaús. Fica conosco, Luiz Flávio, vivo, na comunhão de Casaldáliga, Geraldo Lyrio, Aloísio, Lellis, Balduino, Serafim, José Maria Pires, Paulo Evaristo, Frago e tantos outros sucessores dos apóstolos. "Mane nobiscum" em memória de Hélder Câmara, Távora, João Batista Motta, Luís Fernandes, Austregésilo, Luciano e tantos outros confessores da fé. "Mane nobiscum" na luta pela revitalização do Velho Chico, pela revitalização de nossa Pátria, da Nação e do povo, como sonhava Tiradentes em Ouro Preto. O ideal seria que os dois Luízes, para usar uma expressão do amigo Antônio Faria, pudessem dialogar diretamente, sem intermediários, olhos nos olhos, como aconteceu na Caravana do Rio São Francisco, de 2001. Um diálogo franco, transparente, sincero, sem rodeios, não oportunista, como merecem o nosso povo e os dois Luízes. "Mane Nobiscum", Luiz Flávio! Suba numa gaiola! Suba o Velho Chico! Venha fortalecer sua saúde nas montanhas de Minas para, juntos, renascidos, descermos o rio revitalizado em Minas, na Bahia, em Pernambuco, em Alagoas, em Sergipe, degustando a autêntica integração nacional, popular e democrática. Seus irmãos e amigos desde a Caravana de 2001, da Serra da Canastra até Juazeiro, Petrolina e Sobradinho: Tilden Santiago, ex-Embaixador do Brasil em Cuba; Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais". Essa expressão - "Mane nobiscum" - é do Evangelho de Emaús. Quando Jesus se afasta dos apóstolos depois de toda a caminhada, um deles diz: "Fica conosco, permanece conosco, pois é tarde, e a noite já vem". Também fazemos este apelo: Fica conosco, Dom Luiz, porque a luta é grande. Ainda temos um longo caminho pela frente, para que o agronegócio e o hidronegócio não se sobreponham à lógica da vida. "Mane nobiscum", D. Luiz Cappio."

- A seguir, são submetidos à discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.737/2007, do Governador do Estado, que autoriza abertura de crédito suplementar de R\$141.971.144,65 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado; e 1.738/2007, do Governador do Estado, que autoriza abertura de crédito suplementar de R\$46.472.650,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado (À sanção.).

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência vai responder à questão de ordem formulada pelo Deputado Padre João na reunião extraordinária realizada ontem, à noite. Assiste razão ao parlamentar quanto ao fato de a partir de hoje estar esgotado o prazo para apreciação por esta Casa do veto oposto pelo Governador à Proposição de Lei nº 18.024, que até a meia-noite de ontem aguardava parecer da comissão especial designada para tal finalidade. Considerando que naquela data, no momento em que se determinou a inclusão de matérias na ordem do dia de hoje, ainda não havia se esgotado o referido prazo, a Presidência determinou na manhã de hoje a remessa do processo ao Plenário para que então possa incluir a proposição em ordem do dia na próxima data em que for realizada reunião deliberativa. A Presidência esclarece, ainda, que o mesmo procedimento foi adotado anteriormente, na tramitação de outros vetos.

Mesa da Assembléia, 20 de dezembro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 1.584, 1.879, 598, 755 e 1.615/2007 sejam apreciados em 1º lugar, nesta ordem, e os Projetos de Lei nºs 1.116 e 1.616/2007 sejam apreciados em último lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Apenas gostaria de uma explicação. Estamos passando a votação do Orçamento e do PPAG para o primeiro lugar, e alguns projetos para o último lugar?

O Sr. Presidente - Não. O orçamento será votado em último lugar. Antecede ao orçamento o Projeto denominado e conhecido como Mata Seca, e, antes deste, o PPAG. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.676/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Tribunal de Justiça Militar do Estado a abrir créditos suplementares ao seu orçamento para o exercício de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, pode ficar descansado que serei muito breve, mas não poderia deixar de fazer o encaminhamento dessa matéria, mesmo porque ontem ocupamos a tribuna desta Casa para fazer um desabafo em relação ao Tribunal de Justiça Militar. Sabemos perfeitamente, por meio dos dados que nos foram repassados, que houve uma evolução do orçamento do Tribunal de Justiça Militar da ordem de R\$15.000.000,00, em 2004, para R\$26.000.000,00, em 2007. Fiz aqui um paralelo, Sr. Presidente. Há poucos dias, o Governador Aécio Neves anunciou socorro à região Norte mineira, onde morreram 120 mil cabeças de gado devido ao castigo da seca. Sabemos que R\$21.000.000,00 servirão para atender milhares de famílias do Norte de Minas, milhares de pessoas terão sua fome aliviada, e certamente, por um bom período, essas famílias serão assistidas em vários aspectos, não apenas por meio de cestas básicas, mas com a reconstrução de suas casas e com o apoio que o governo do Estado dará àquela região. Por outro lado, há o Tribunal de Justiça Militar pedindo autorização ao Poder Executivo para remanejar até 5% da sua receita da forma que melhor lhe convier. Não apenas de acordo com o meu entendimento mas de vários Deputados desta Casa, precisamos fazer uma reflexão neste momento, quando estamos prestes a votar o projeto que trata do orçamento do Tribunal de Justiça Militar. Quero lembrar que está em tramitação nesta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de autoria do Deputado Durval Ângelo, assinada por 52 Deputados. Lembro ainda aos ilustres Deputados e às ilustres Deputadas que essa proposta extingue o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, fazendo com que o Governador do Estado destine R\$26.000.000,00 ao Tribunal de Justiça do Estado. Deputados Carlin Moura e André Quintão, tenho certeza de que esses R\$26.000.000,00 servirão para apoiar as várias comarcas do interior. Deputado Getúlio Neiva, tivemos a oportunidade de nos dirigir, com a Comissão de Segurança Pública, à Comarca de Águas Formosas, para atender ao pedido do Juiz Emerson, que solicitou mais um assessor, em função do grande volume de processos sob sua responsabilidade. Então, esse recurso possibilita aumentar o número de Juizes nas comarcas, de assessores, informatizar a Justiça comum, que, quando vai ao interior, promove justiça. Mas, de forma proporcionalmente inversa, por meio do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007 - estamos alertando esta Casa -, o Tribunal de Justiça Militar quer criar mais três Auditorias no interior. Quando a Justiça Militar vai ao interior

promove injustiça militar, porque o Juiz será cooptado de forma muito sutil, sorrateira. Primeiro, lhe oferecerão um motorista, policial militar; depois, uma telefonista, uma policial bonita e inteligente para atender ao telefone do Juiz; posteriormente, será convidado para ser paraninfo da turma de Soldados; enfim, será condecorado. Essa é a forma sutil, escamoteada de se cooptar o Juiz.

Deputado Getúlio Neiva, o que estou relatando pode ser ouvido dos Juízes de 1ª Instância, que não querem a criação das Auditorias Militares no interior do Estado, porque sabem que esse desdobramento acontecerá. Os Conselhos de Sentença, formados por um Juiz Togado e quatro Juizes Oficiais, não terão sequer número suficiente para o revezamento dos Oficiais no Conselho de Sentença. Daqui a pouco, haverá praças sendo julgados por Oficiais com quem tiveram problemas em seu dia-a-dia. Deputado Getúlio Neiva, fiz um recorte, dizendo que, hoje, compõem o Tribunal de Justiça Militar dois Coronéis, ex-Comandantes-Gerais, um da Polícia Militar e outro do Corpo de Bombeiros. Essas autoridades estão, praticamente, anulando todos os atos cíveis dos Juizes Togados de 1ª Instância. Se fizermos uma pesquisa com os seis Juizes Togados da 1ª Instância da Justiça Militar, eles relatarão a todos os Deputados, com a maior clareza, o que os Coronéis estão fazendo no Tribunal de Justiça Militar: simplesmente reformam sentenças, porque, senão, terão de assinar um atestado de burrice. Muitos deles determinaram a expulsão e a punição de policiais e, agora, estão na condição de revisores, no 2º grau de jurisdição. Isso é um absurdo, Deputado Ademir Lucas! V. Exa. conhece muito bem, opera o direito e sabe o que isso representa para o jurisdicionado. É simplesmente decretar a falência de uma ação judicial, pois não será o Coronel, ex-Comandante-Geral, que demitiu o Soldado, o Cabo, quem vai querer voltar atrás na condição de Juiz. Pelo contrário, principalmente na condição de Juiz, podendo reformar a sentença em 1ª instância. A Emenda à Constituição nº 45 trouxe esse problema, que é latente na Justiça Militar. Logo é necessário que esta casa aprecie o mais rápido possível a proposta de emenda à Constituição do Deputado Durval Ângelo, que vem extinguir o Tribunal de Justiça Militar. Tenho certeza absoluta de que os R\$26.000.000,00 que estão sendo gastos com o Tribunal serão melhor aplicados pelo Desembargador Orlando Adão, Presidente do Tribunal de Justiça, que certamente criará mais varas, comarcas e oferecerá melhor assessoria e informatização para os juizes. Não tenho como votar favoravelmente ao Tribunal de Justiça Militar. Nosso voto é contrário, até por coerência. Alerto os ilustres Deputados para que, quando o Presidente colocar a Proposta de Emenda à Constituição nº 37 em votação, esta Casa possa manifestar-se unanimemente e fazer justiça ao povo de Minas Gerais. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.676/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.584/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.941, de 29/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.584/2007 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.879/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.879/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 598/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.522, de 1º/6/2005, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada à execução do Programa de Eletrificação Rural - Pronoroeste. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, gostaria de marcar um posicionamento. Há cerca de três anos, o governo do Estado e a Cemig fizeram propagandas informando que teriam resolvido todos os problemas de investimento na região do Noroeste de Minas. Passados três anos de excessiva publicidade, tivemos que aprovar uma proposta de aumento desse investimento. Agora, outra vez, a situação do Noroeste não foi resolvida. Não sou contra o governo pedir autorização para fazer empréstimo. Quanto a esse do Bird, por exemplo, nesses 16 anos que estou aqui, desde a época do Governador Eduardo Azeredo, tentam fazê-lo, não conseguem e estamos sempre renovando a legislação. Esse do Noroeste, mais uma vez, mostra que há alguma coisa equivocada. Penso que estava na hora de a Assembléia Legislativa tomar um posicionamento com as questões de investimento da Cemig. Está na hora de a Assembléia Legislativa criar uma comissão especial ou CPI para analisar Cemig no nosso Estado de Minas Gerais. As denúncias chegam aqui para todos os Deputados - e estes, às vezes, não querem se manifestar sobre elas - e se referem às questões das licitações que hoje são feitas na Cemig para o Luz para Todos, por exemplo. O Governador assinou um decreto no dia 14, isentando de ICMS as compras feitas pelas empreiteiras na questão do investimento do Luz para Todos. O contrato era de 2004 e agora foi renovado. Outra vez, o mesmo decreto com a mesma listagem de material. Então, essas coisas estão muito estranhas. Não somos contra investimentos do governo e queremos que a Cemig seja ágil e funcione, mas está ficando meio esquisita e nebulosa a forma como a Cemig tem feito suas licitações, a começar pelo Luz para Todos, que foi bastante questionado pela Eletrobrás e pelo Ministério Público. Nós mesmos chegamos a apontar algumas suspeitas que foram, depois, analisadas e aceitas, porque Minas Gerais pagou, por ponto de energia elétrica do Luz para Todos, três vezes o preço da média nacional. Foi feito um "pool" de empresas de construção pesada que não sabiam o que era fazer construção para energia elétrica e ganharam as concorrências. Aliás, uma delas, uma grande empresa de construção, já pulou do barco, não querendo mais participar desses contratos com a Cemig.

O governo, de forma bastante clara, pede esses empréstimos repetitivamente para o mesmo investimento. É isso que me assusta e, por isso, apresentei um pedido de informação na Comissão de Fiscalização Financeira. Espero, Sr. Presidente - e faço um apelo a V. Exa. -, que, na volta dos trabalhos no início do próximo ano, os requerimentos apresentados por nós solicitando informações à Cemig, à Ademg e à Loteria Mineira, enfim, todos esses requerimentos aprovados pela Comissão tenham vazão. Devemos cobrar desses órgãos as informações, pois exercemos o nosso papel de tomar conhecimento do que se passa. Na maioria das vezes, damos opinião ou falamos por informações, mas precisamos das oficiais, até para mudar, se for o caso, os nossos pronunciamentos e as nossas condutas. Quero deixar este nosso posicionamento. É lógico que votaremos a favor, porque há duas coisas que não gosto muito de questionar: crédito suplementar ao orçamento do Estado e pedido de empréstimo, pois isso é problema do governo que sabe onde dói o calo. Mas podemos fazer esse questionamento, quando empréstimos são reiteradamente votados: o do Bird e do Plano Noroeste. Então, gostaria de receber essas informações para que pudéssemos continuar votando os empréstimos. Com certeza, no ano que vem, pedirão o mesmo empréstimo com um valor menor. Aliás, na Comissão, havia um grave erro: o governo pediu, para um acerto de contas, R\$20.000.000,00 e eles puseram na lei R\$20.000.000.000,00. Disse que aquilo era o orçamento de todo o Estado, que são R\$35.000.000.000,00. Como haverá um empréstimo para fazer um investimento no Plano Noroeste? Vi que esse era um erro informal que poderia servir de chacota ou para alguém levantar suspeitas. Mostrei isso na hora e disse que era erro de digitação, mas eram R\$20.000.000.000,00. Então, Sr. Presidente, quero dizer que apresentamos requerimentos e esperamos que, em fevereiro, a Cemig possa nos informar como andam os investimentos e as obras no Noroeste, o mais importante.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Também não poderia deixar passar em branco. O Deputado Antônio Júlio disse bem que a Cemig praticamente fez contratos para a execução do Programa Luz para Todos em valores três vezes maiores. Agora, há esse empréstimo para fazer eletrificação no Noroeste mineiro, o que é tão necessário. Realizamos duas audiências públicas pela Comissão de Assuntos Municipais. Uma delas foi

solicitada pelo Deputado Paulo Cesar e se realizou em João Pinheiro. A outra audiência foi solicitada pelo Deputado Almir Paraca e realizou-se em Paracatu, com um grande número de pessoas que, agora, terão possibilidade de fazer a ligação elétrica, que realmente é uma necessidade. Realizamos outras audiências com o Deputado Paulo Guedes no Norte de Minas e com a Deputada Elisa Costa em Araçuaí. Foram audiências muito produtivas. Encaminharemos pela aprovação do projeto. Porém, sinalizo que a Cemig dará um grande presente no final do ano. A população pode pensar que receberá esse presente, mas, não, quem receberá esse presente são os acionistas da Cemig, que dividirão os dividendos da empresa. De acordo com o art. 31 do seu estatuto social, o pagamento da segunda parcela dos proventos é referente ao exercício de 2006 e ocorrerá no dia 28/12/2007. A Cemig distribuirá o presente de Papai Noel. Sabem qual é o valor que os acionistas receberão? São R\$689.000.000,00. Isso é mais do que meio bilhão de reais. O maior prêmio da Mega-Sena pago foi em torno de R\$50.000.000,00. Isso é muito mais que 10 vezes o valor do maior prêmio pago pela Mega-Sena. Mais que meio bilhão de reais, R\$689.000.000,00, serão distribuídos para os acionistas da Cemig: em torno de 42,3% do capital estrangeiro; há outra empresa de capital internacional com 14%; o Estado fica com 23% e o capital nacional com 20%. Então, mais de 75% dos dividendos não ficarão com o Estado, que tem apenas 23%. É um grande presente de Natal a ser dividido com os acionistas estrangeiros, com aqueles que não são brasileiros. O dinheiro das famílias mineiras enriquece as reservas de fundo de empresas de outros países. É um grande presente de Papai Noel, que é a segunda parcela, mais de meio bilhão de reais. Encaminhamos favoravelmente à aprovação do projeto, mas registro essa constatação. Continuaremos, com muita firmeza, a campanha pela redução da tarifa de energia elétrica, para pegar abaixo-assinados em todas as regiões do Estado e levá-los até a Aneel, a fim de exigirmos uma posição firme para reduzir a energia elétrica a um valor significativo. Não queremos apenas impedir o aumento, queremos a redução da tarifa.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 598/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 755/2007, do Deputado Vanderlei Miranda, que altera o "caput" do art. 3º da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, que dispõe sobre a qualificação de pessoa de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - Oscip. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, a Bancada do PT, com o PCdoB, em 2º turno, volta a encaminhar contrariamente a proposta de alteração da legislação que regulamenta a organização de sociedade civil de interesse público. A votação acontece justamente num momento muito preocupante, Sr. Presidente, porque devemos ressaltar que reconhecemos o papel do terceiro setor. Reconhecemos o papel das ONGs no que diz respeito à complementação do papel do poder público. Mas, em Minas Gerais, o terceiro setor está ultrapassando o limite. Atualmente, em nosso Estado, as Oscips passaram a ter uma dimensão que nos preocupa. Para exemplificar, as Oscips estão atuando na Orquestra Sinfônica e no Corredor Cultural da Praça da Liberdade. Estão atuando em áreas de competência do poder público, como é o caso da medição de estradas e de projetos do Pró-Acesso. Ora, isso acaba substituindo o papel do Estado, o papel do poder público. Na linguagem popular, a Oscip é uma ONG bastante bombada. Seus dirigentes são remunerados pelo Estado, e nela é possível prestar serviços sem licitação. Isso é muito grave.

A legislação que ora está em votação cria flexibilização na oficialização das Oscips. Por quê? Porque ela reduz para apenas um ano o prazo necessário para uma entidade ser reconhecida como Oscip. Acaba avaliando o papel de uma entidade por um prazo muito curto. Além disso, o projeto está substituindo a pessoa da entidade pela pessoa de seu dirigente, porque permite que o dirigente da entidade, que tenha participação há mais de um ano em uma Oscip, dirija uma nova Oscip, e que seu tempo de experiência conte para efeito de tempo de existência da entidade. Ora, isso é muito grave, muito preocupante. Nos debates públicos realizados nesta Casa e numa audiência da Comissão de Participação Popular, tivemos a oportunidade de ouvir várias pessoas a respeito do assunto. No projeto, está-se autorizando a Oscip a atuar na área de ensino técnico profissionalizante. Nossa preocupação fica maior ainda. Se o projeto for aprovado com a atual redação, haverá a possibilidade de vermos, nas escolas públicas de Minas Gerais, Oscips promovendo o ensino profissionalizante. O programa estadual de formação profissional, que tem previsto R\$27.000.000,00 somente para 2008, poderá ser executado por uma Oscip que tenha apenas um ano de existência, que não tem lastro, que a sociedade não conhece. Quando se trata de uma entidade amplamente conhecida pela sociedade, uma entidade já com serviços prestados, tudo bem. Mas pode ser bom uma entidade que tem apenas um ano de existência promover cursos profissionalizantes em nossas escolas públicas? Não podemos concordar com esse tipo de proposição, porque isso significa portas abertas, o caminho fácil da terceirização do Estado, da privatização do Estado. No atual contexto, em que tanto se discute o papel do Estado e a importância do seu fortalecimento, aprovar um projeto como esse é dar um cheque em branco a esse tipo de entidade.

Repito: estou separando as entidades sérias, que têm experiência comprovada e o aval da sociedade civil e que têm demonstrado seriedade no seu trabalho. O que a legislação não pode fazer é facilitar o caminho daqueles que não têm a devida seriedade. Não podemos permitir, com legislação, o caminho para a picaretagem. Muitos se dizem sérios, mas pegam a brecha da lei para utilizar importantes serviços do poder público. Então, não se pode facilitar a terceirização em setores essenciais do Estado, como a educação, a segurança pública, a ação social e a inclusão social. Estamos mantendo o nosso encaminhamento e votando contrariamente a proposta de lei. Acreditamos que essa flexibilização não favorece o interesse público, não ajuda o princípio da publicidade e não ajuda, especialmente, o controle social dessas entidades. Na nossa compreensão, o terceiro setor, as organizações não governamentais e as Oscips têm de cumprir um papel complementar. De forma alguma, podem substituir o papel do poder público. Com a flexibilização proposta pelo projeto, será criado o caminho fácil dessa substituição. O voto da Bancada do PT e do PCdoB é contrário ao projeto apresentado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, esse projeto está tramitando em regime de urgência, mas quero dizer, como autor do projeto inicial, que foi ampliado pelo Substitutivo nº 1, de autoria do governo. Particularmente, não tenho tanta urgência na sua aprovação. Algumas dúvidas estão sendo levantadas, e a fala do Deputado Carlin Moura preocupa-me, porque a proposta do meu projeto é produzir mecanismos que facilitem o trabalho dos parceiros do terceiro setor. Ao mesmo tempo em que temos bônus pela aprovação de um projeto, temos ônus de sua aplicação. Não quero que o pai sobre ele suspeitas acerca de sua lisura. Tenho informação de que o Ministério Público o apóia e não vê nada de irregular nele. É claro que não haveria, pois passou pela Comissão de Constituição e Justiça e foi considerado constitucional.

Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Gostaria, portanto, Sr. Presidente, de solicitar a V. Exa. que suspenda a reunião por alguns momentos, para que nos reunamos com aqueles que têm dúvidas. Poderemos dirimi-las para saber se devemos prosseguir com o assunto. Só peço adiamento da votação do projeto. Não quero forçar uma situação. Se há dúvidas, vamos tirá-las. Estamos na fase de discussão do projeto. Sugiro a V. Exa. que suspenda a reunião pelo tempo que achar necessário, para que possamos esclarecer essas dúvidas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Getúlio Neiva.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 755 cria a possibilidade de que as Oscips contribuam com as administrações públicas de forma substantiva. Não vejo nesse projeto nenhuma possibilidade de se criar uma estrutura diferenciada e que venha conspurcar a vida pública, como se sugere. Ao contrário, Oscip é sinônimo de ONG. ONGs já existem no Brasil há muitos anos. Muitas delas são montadas por partidos políticos e trazem uma grande contribuição às pessoas. Claro que algumas protagonizaram grandes escândalos nacionais, como a

denúncia publicada por jornais a respeito de apropriação indébita de R\$32.000.000,00 por apenas uma ONG. Não podemos julgar ONGs e Oscips pelos maus exemplos de poucas. Não se pode jogar lama na idéia, mas se pode expurgar algumas pessoas, algumas organizações que não cumpriram seu pressuposto legal, que não cumpriram suas obrigações. Não quero acusar as ONGs que roubaram o governo federal, mas hoje me encontro numa situação de poder analisar esses fatos com tranqüilidade. Existem recursos federais destinados a Minas Gerais. Enfrentamos problemas sérios na aplicação de treinamentos em nosso Estado, porque a Oscip que venceu a licitação para formação de mão-de-obra de nível médio em Minas é de São Paulo. O nosso Estado não tinha sequer uma Oscip organizada, capaz de participar do processo de seleção. Não havia uma Oscip sequer que pudesse disputar com São Paulo a formação de mão-de-obra profissional em Minas Gerais. É uma questão relevante. Minas precisa estruturar-se. Todo o Brasil se estruturou. O nosso Estado é o que possui menor número de ONGs e de Oscips. Não estamos preparados para disputar com São Paulo a possibilidade de nossos técnicos, nossos professores, nossas pessoas que lidam com a sociedade trabalharem em Minas Gerais por meio de Oscips. Se as Oscips são problemas nacionais, que os Senadores e Deputados Federais acabem com elas. Se as ONGs são problemas e origens de corrupção, que os Senadores e Deputados Federais acabem com elas. Minas Gerais não pode ficar fora da parrelha. Destaco o excelente funcionamento das ONGs de Minas Gerais, das poucas que temos, porque temos poucas ONGs em relação a São Paulo, apesar de termos território muito maior e um número de Municípios também muito maior. É incrível, Sr. Presidente, como São Paulo ganha as licitações para ministrar os cursos de Minas Gerais. O nosso Estado não consegue ministrar cursos que o governo federal fomenta por meio de recursos para formação de mão-de-obra de nível médio ou até mesmo para cursos esporádicos. A nossa preocupação, Deputado Vanderlei Miranda, é que não podemos, previamente, tentar enodoar entidades. Historicamente, no Brasil, sabemos que ONGs fizeram desvios pesados de recursos federais, mas não podemos condenar todas elas. Existem Oscips de boa qualidade, de gente competente e honesta, mas também existem Oscips de gente vagabunda. Não podemos, previamente, embargar a votação de um projeto, simplesmente porque, no passado, uma ONG ou uma Oscip agiu mal. Todas as ONGs e todas as Oscips são importantes. A questão de ter ou não três, quatro ou cinco anos de especialização na montagem e estruturação de ONGs não interessa. O que interessa é se as ONGs são tecnicamente competentes e administradas por pessoas honestas. Em Minas Gerais há um atraso formidável na organização do terceiro setor. Minas está atrasada, precisamos ganhar tempo na organização do terceiro setor. Precisamos ampliar esse tempo, Deputado Carlin Moura. Precisamos ampliar a participação de Minas Gerais nesse processo. Não existe uma só licitação em Minas Gerais que dependa de ONG ou de Oscip que São Paulo não ganhe. Por que temos de entregar isso para São Paulo? Estamos desorganizados a tal ponto que não nos podemos organizar? O que peço, Deputado Vanderlei Miranda, é que as bancadas do PCdoB e do PT entendam a necessidade de Minas Gerais se organizar. Somos a favor das ONGs e das Oscips. Não podemos permitir, Deputado André Quintão, que Minas Gerais continue entregando todas as suas licitações para as Oscips e para as ONGs de São Paulo. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, é bom que se esclareça que tanto o PT quanto o PCdoB defendem, valorizam e consideram fundamental os trabalhos desenvolvidos pelas organizações não governamentais em Minas Gerais. Ao contrário do que disse o Deputado que me antecedeu, Minas Gerais é um dos Estados que tem o maior número de organizações não governamentais. E posso dizer que a maioria é séria, como a Pastoral da Criança, a Pastoral do Menor, a Apae, a Sociedade São Vicente de Paulo, as creches comunitárias, as associações dos catadores de material reciclável e tantas outras.

Aqui, discutimos o conteúdo de um projeto de lei, originalmente apresentado pelo Deputado Vanderlei Miranda, que considera a exigência de dois anos para que uma entidade se qualifique como organização da sociedade civil de interesse público - Oscip -, figura jurídica criada pelo governo Fernando Henrique em 1999. Depois, ela poderá se qualificar para celebrar termo de parceria com o poder público. É disso que trata o projeto.

O projeto original foi emendado por um substitutivo concebido pelo governo, que, além de reiterar a redução desse prazo, insere um mecanismo perigoso para a substituição daquela exigência de prazo de existência da entidade pela experiência dos seus dirigentes. A Oscip, entidade, fica dispensada do tempo mínimo de existência, caso os seus dirigentes tenham experiência. A experiência, antes requerida para a entidade, agora poderá ser substituída pela do seu dirigente. Esse é o ponto de discórdia. Gostaria de ser muito sincero. Acredito que o governo queira flexibilizar e ter uma maior liberdade na qualificação de Oscip no bom sentido. Acredito que deseje utilizar esse instrumento de maneira adequada, mas, pela manhã, alguns Deputados manifestaram a sua insegurança diante da possibilidade de uma lei ser utilizada com outro objetivo que não o do atual governo. Esse é o ponto.

A diferença da Oscip para a ONG é a seguinte: a Oscip é um estágio avançado da ONG, que pode remunerar os seus dirigentes. A ONG não remunera os seus dirigentes, mas a Oscip o faz. A Oscip pode receber servidor cedido e terreno ou imóvel do poder público, por cessão. Ao receber recursos, a Oscip passa a ter mais liberdade para manuseá-los, podendo contratar e pagar salários que podem ser até superiores aos pagos aos servidores públicos. Além disso, o substitutivo amplia a área de atuação das Oscips para a educação, incluindo-se a profissionalizante e a superior. Esse deve ser motivo de reflexão.

A Comissão de Administração Pública fez alguns aperfeiçoamentos e submeteu a celebração do termo de parceria, no caso de comprovação de experiência por dirigente, por 2/3, e também estipulou o prazo para até 2009. Não entrarei no mérito da deliberação do autor do projeto, pois lhe cabe analisar o que fazer com ele. Entrando em pauta, encaminho pela votação contrária ao projeto de lei das Oscips. Essa é a posição da Bancada do PT-PCdoB. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, cumprimentar o Deputado Vanderlei Miranda, que tem uma história de vida, também como homem público, de prestação de serviços, especialmente nas questões sociais. Não é surpresa, portanto, que ele tenha se preocupado com o aprimoramento dessa lei. O aperfeiçoamento é justamente para que as Oscips cumpram seu verdadeiro objetivo.

O Deputado Getúlio Neiva também é profundo conhecedor das questões sociais, empenhado em que de fato sejam atendidas pelo poder público e que isso ocorra de maneira complementar, em cooperação com as organizações não governamentais. Como ele dizia, se, de fato, infelizmente uma ou, até podemos dizer, muitas enveredaram por um caminho equivocado, é sempre bom que haja iniciativas apropriadas, como a do Deputado Vanderlei Miranda, preocupado em melhorar a legislação. Ao mesmo tempo, isso daria condição ao governo de interagir mais rapidamente para socorrer as questões sociais, já que quase sempre a sociedade civil, com seu espírito de voluntariado e sua formação cristã, como é a nossa, age de maneira adequada, permitindo que o dinheiro público renda mais. Logo, sempre temos de estar atentos a mecanismos de controle.

Se houve alterações no projeto por meio de substitutivo - foi colocada a questão do prazo, que é algo pontual, inclusive com o limite de vigência até o final de 2009 -, elas não podem ser atribuídas ao Deputado Vanderlei Miranda. Porém, o mérito de discutir essa ação é dele. É muito bom que isso fique claro, ainda que o governo tenha incorporado alguma matéria nova por meio de substitutivo.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que fui relator da lei de Oscips em Minas Gerais na gestão passada, e também houve esse tipo de situação. Ela resultou de iniciativa do Deputado Leonardo Quintão, mas a matéria tem um alcance muito amplo e, obviamente, interessa a todos os parlamentares e ao governo, e acabou sendo votada sob a forma de substitutivo. Tal substitutivo, que hoje é a lei de Oscips em Minas Gerais, traz uma série de garantias, como a presença do Ministério Público e uma série de mecanismos de controle da sociedade.

Traz também instrumentos de política pública que agilizam a ação do Estado. Como lembrou o Deputado André Quintão, há a possibilidade de

ceder servidores públicos e de fazer contratações para operações de atividades em nome do poder público. Isso é necessário para que o Estado funcione bem e possa acudir rapidamente uma série de situações, às vezes de calamidade, que acontecem no dia-a-dia da sociedade, envolvendo a criança, o adolescente, as questões ambientais, e é importante que a sociedade participe.

A Oscip é algo que surgiu para garantir uma melhor participação da sociedade na gestão pública e para melhorar a própria gestão. O que esta Casa pretende neste momento é aprimorar a legislação; essa é a intenção do Deputado Vanderlei Miranda. É claro que todos nós ainda temos alguma dúvida, algum anseio, pois queremos nos cercar de todos os cuidados, para que não haja a menor possibilidade de uso inadequado de um instrumento como esse. O Deputado Neider, por exemplo, expôs com muita propriedade sua preocupação de que isso fosse aplicado a todos os Municípios mineiros e de que alguns não estivessem devidamente preparados para tal. O Prof. Anastasia, um dos maiores conhecedores de direito público de Minas Gerais, tranquilizou-nos dizendo que se trata de uma legislação específica para o governo do Estado e até nos pediu que deixássemos claro que há uma disposição absoluta por parte do Estado em analisar qualquer sugestão que contribua para deixar ainda mais evidente, transparente e claro esse assunto. Não há preocupação em esgotar esse assunto, mas é importante que o projeto seja votado, porque não votá-lo significa prejudicar uma série de ações objetivas que o governo de Minas está colocando em curso a serviço do povo mineiro, as quais envolvem desde a Fundação João Pinheiro até outras entidades.

Portanto, Sr. Presidente, quero que o projeto seja votado, mas, se V. Exa. entender que a suspensão requerida pelo autor pode contribuir com o processo, concordo com ela. O nosso entendimento é que a proposta do Deputado Vanderlei Miranda melhora a legislação a respeito de Oscips em Minas Gerais.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - Em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Vanderlei Miranda, a Presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Adalclever Lopes - Caro Presidente, Alberto Pinto Coelho, venho, em nome da nossa bancada, dizer que o projeto em que figura como autor o Deputado Vanderlei Miranda foi, na verdade, construído por toda a Bancada do PMDB desde o mandato passado, tendo também participado, como autor, o Deputado Leonardo Quintão, que muito nos ajudou em suas discussões. O projeto foi lapidado, aprimorado, e a bancada está totalmente coesa, junto ao Deputado Vanderlei Miranda. Esse projeto é de todo o PMDB, não só da bancada estadual, mas também da federal. Temos certeza de que haverá um grande avanço social em todo o interior de Minas com esse projeto do nosso querido e grande Líder, Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 32 Deputados. Votaram "não" 7 Deputados. Houve 3 votos em branco. Está ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 a 6. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 755/2007 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 6. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.615/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2008-2011. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 76, 88, 92, 98, 99, 106, 107, 125, 126, 127, 141 a 152, 166, 171, 174, 175, 187, 200 e 360, apresentadas por parlamentares e pela Comissão de Participação Popular, as Emendas nºs 379 a 435, apresentadas neste parecer, as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1 a 4, 6, 20, 21, 24, 37, 40 a 45, 47, 48, 50, 51, 58, 59, 61 a 71, 73 a 75, 84, 85, 87, 94, 96, 97, 103, 104, 110, 113, 114, 116, 121, 128, 132, 134, 135, 140, 153, 156, 158, 162 a 164, 170, 172, 173, 177 a 183, 185, 191, 194, 195, 202, 205, 207, 208, 217, 220, 255, 300, 302, 310, 312, 315, 317, 323, 330, 339, 340, 343, 346, 347, 350, 355, 361, 367 e 377, as Subemendas nºs 1 e 2 às Emendas nºs 155 e 218 e as Subemendas nºs 1, 2 e 3 à Emenda nº 210; e pela rejeição das Emendas nºs 5, 8 a 10, 12, 22, 23, 46, 49, 53, 60, 72, 86, 90, 91, 93, 100 a 102, 105, 108, 109, 111, 112, 115, 119, 123, 124, 129 a 131, 133, 136 a 139, 154, 157, 159, 165, 168, 176, 186, 188, 192, 193, 196, 197, 201, 203, 209, 213, 214, 221 a 223, 226 a 253, 259, 260, 264, 267, 269 a 274, 276 a 280, 282, 284 a 299, 301, 303 a 305, 311, 313, 318 a 320, 324 a 328, 332 a 334, 336 a 338, 341, 342, 349, 362 a 366, 368 a 370 e 373 a 376. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, venho a esta tribuna para discutir o Projeto de Lei nº 1.615/2007, que trata do Plano Plurianual de Ação Governamental, o conhecido PPAG, que integra o ciclo orçamentário previsto desde a Constituição de 1988, seguido, depois, pela Constituição mineira de 1989. Em Minas, além de repetir o texto da lei federal, com a previsão da lei de diretrizes orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e PPAG, temos ainda o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI. A Lei Orçamentária é anual, e o PPAG estabelece as prioridades para os próximos quatro anos do próximo governo que assume. O PMDI estabelece um planejamento de longo prazo.

Este ano, a Assembléia recebeu, no primeiro semestre, o projeto do PMDI, prevendo metas e áreas de resultados até o ano de 2023. O governo estadual elegeu 11 áreas de resultados, entre elas questão ambiental, logística, transporte, redução da pobreza e educação. Há uma área específica para as regiões do Norte, do Jequitinhonha, do Rio Doce e do Mucuri. Em cada uma dessas áreas, o governo previu metas, resultados a serem alcançados até 2023 e também até 2011. O PPAG integra e contém os chamados projetos estruturadores, que são os prioritários do governo do Estado.

Esses projetos estão relacionados a essas 11 áreas de resultados. Então, em cada uma dessas áreas, há um conjunto de projetos estruturadores. Cada projeto estruturador tem uma gerência específica e também ações específicas com recursos compatíveis. Cada ação tem

sua finalidade e metas quantificadas para os anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. O chamado Plano Plurianual de Ação Governamental, portanto, contém tanto os projetos estruturadores, que são em número de 57, quanto também programas associados e especiais.

Esses programas também são importantes, mas não têm essa conotação de estruturadores, que, além de gerenciamento e monitoramento próprios, têm também previsão de não-ocorrência de contingenciamento de recursos. O conjunto desses projetos estruturadores atinge uma cifra aproximada de R\$24.000.000.000,00 a serem investidos nesses próximos quatro anos. Portanto, o que votaremos daqui a pouco, nesta Casa, são as prioridades de políticas públicas para o Estado de Minas Gerais, nos próximos quatro anos, ou seja, cada Orçamento anual e cada LDO anual a serem discutidos nesta Casa deverão guardar, necessariamente, correspondência com as prioridades que definiremos daqui a algum tempo, neste Plenário, nesta manhã.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado André Quintão, quero cumprimentá-lo não apenas pela manifestação que faz neste momento, mas pelo seu trabalho nesta Casa, na Comissão de Participação Popular, e pelo debate extremamente construtivo que temos, no dia-a-dia desta Casa. Constatamos que, embora tenhamos divergências - as quais reputo saudáveis e extremamente benéficas para o processo democrático - quando muito, limitam-se ao campo das idéias, métodos e forma com que entendemos ser mais ou menos eficiente a ação dos governos para alcançar nossos objetivos.

Quando discutimos metas e objetivos finais da ação pública e do esforço que devemos fazer como representantes públicos, percebo um nível de identidade muito grande que acaba por se confirmar, quando atuamos em projetos dessa natureza. V. Exa. está sempre atento às causas sociais e é um dos Deputados que mais contribui com sugestões e emendas nesse campo, sem se esquecer obviamente de outras importantes ações do governo.

Por minha vez, em todos os anos, tive a oportunidade - e não abri mão dela - de propor emendas, sugerir e acrescentar, apesar de o projeto já trazer no seu bojo programas estruturadores, como os que V. Exa. relata aqui, nas diversas áreas de ação do governo. Obviamente nos preocupamos em fortalecer essas ações, como, por exemplo, a implementação do Suas, em que vejo a nossa identidade.

Há emenda de minha autoria com esse objetivo, pois tive oportunidade de debater com o nobre relator, Deputado Lafayette de Andrada. Existem também emendas que envolvem ações dos Conselhos Tutelares e, em razão da minha origem rural, emendas que têm o objetivo de ampliar a ação da Secretaria de Agricultura. Apresentei emendas na área ambiental, pois preocupo-me com o entorno das grandes barragens e lâminas d'água, procurando levar algum benefício para as cidades nos entornos das represas de Furnas, Três Marias e outras menores.

No meu pronunciamento quero, em síntese, manifestar a V. Exa. o respeito e a admiração pelo seu esforço, ao qual me associo. Pode parecer surpreendente, mas nós, que vivemos a luta parlamentar, sabemos que não há nenhuma surpresa em um Deputado fundador do PSDB estar, com muita frequência, imbuído dos mesmos propósitos de um Deputado também fundador do PT, que representa esse partido com muita dignidade nesta Casa.

Permita-me cumprimentar o relator desse projeto, Deputado Lafayette de Andrada, com quem tive várias oportunidades de debater não só sobre as emendas que propus, mas também sobre a nossa preocupação de que esse projeto, além de contemplar as propostas do Governador Aécio Neves para Minas Gerais, acolhesse, também, por meio da Assembléia Legislativa, as manifestações populares, assim como as acolhe a própria Comissão de Participação Popular, com muita propriedade. E ele assim o fez, de maneira muito competente e coerente. Parabéns ao Deputado Lafayette de Andrada. Parabéns-o, Deputado André Quintão, pela sua brilhante atuação.

O Deputado André Quintão* - Agradeço ao Deputado Domingos Sávio. Exatamente nessa linha, mostrando a importância do PPAG, quero dirigir-me ao Líder de governo, Deputado Mauri Torres, para transmitir ao Governador e ao Vice-Governador um elogio público deste Deputado em relação à seriedade com que a área de planejamento do ciclo orçamentário tem sido encaminhada pelo Governador. O PPAG está absolutamente vinculado ao PMDI e o Orçamento ao PPAG, com previsão de metas até 2003, com projetos prioritários. Podemos até discordar da ênfase que consideramos necessária em algumas áreas. Mas é importante que se registre a seriedade na condução do processo de planejamento público. Assim, esta Assembléia Legislativa, desde 2003, por meio das Comissões de Fiscalização e de Participação Popular, numa experiência inédita no País, é a única Assembléia do País que discute, em audiências públicas, planejamentos de médio prazo. Desde 2003, esta Casa abriu, para a sociedade organizada, mecanismos para interferir no Plano Plurianual.

Em 2003, recebemos mais de 200 sugestões populares. Ressalto o papel do Deputado Sebastião Helvécio naquele processo, quando foi o relator do PPAG, e do Deputado Domingos Sávio, que participava e presidia a Comissão de Fiscalização Financeira. Uma sugestão popular virou um projeto estruturador, o Projeto nº 31. O governo havia mandado 30 projetos e incluímos um projeto com uma emenda popular: a inclusão social de famílias vulnerabilizadas. Esse projeto tem, para o ano de 2007, um crédito autorizado de R\$60.000.000,00, resultado de uma emenda popular. Uma outra emenda conseguiu a revisão anual do Plano Plurianual. Além de a sociedade participar na apresentação de emendas, vem aqui anualmente para avaliar se o plano está sendo cumprido. Esse planejamento é objeto de execução orçamentária, acompanhada pelos movimentos sociais, particularmente da área da criança, da área da assistência e da segurança alimentar.

Nesse ano - e aqui faço um elogio público ao Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho -, a Assembléia novamente assumiu a responsabilidade de conduzir o processo de audiências públicas, junto com o governo do Estado e com os movimentos sociais. Se o governo do Estado não participasse, o processo estaria esvaziado.

A área de implantação do Sistema Único da Assistência Social é agora projeto estruturador e vai receber aproximadamente 40% de recursos adicionais previstos no PPAG original. Para a implantação dos centros de referência da assistência social em Minas Gerais, há esses recursos. Queremos que cada Município de Minas Gerais tenha um Centro de Referência da Assistência Social, co-financiados pelo Presidente Lula, pelo Ministro Patrus, pelo Governador Aécio e pelos Prefeitos. Se mantivermos esse volume de recursos ano a ano com essas ampliações, atingiremos essa meta até o ano de 2010. Quando digo nós, falo de todos os Deputados, porque isso resultou de audiências desta Casa em favor de recursos para o combate ao trabalho infantil em Minas. O relator acolheu uma emenda do Consea, coordenado pelo Bispo D. Mauro Morelli, para que Minas criasse o primeiro Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do País. Trata-se de uma emenda muito importante. A área de economia solidária vai ter um aporte de recursos para, em 2008, realizar as feiras regionais da economia solidária em todo o Estado. Conseguimos condensar várias propostas nas áreas de direitos humanos em comunidades tradicionais. Hoje temos uma ação específica junto à Sedese, diretamente relacionada à inclusão dos idosos, à promoção da igualdade racial e dos direitos das comunidades tradicionais. Vários Deputados da região do Vale do Aço apresentaram a falta de um programa específico para a Região Metropolitana do Vale do Aço. Belo Horizonte e sua Região Metropolitana foram contempladas no PPAG como projeto estruturador. Ressalto aqui o empenho da Deputada Rosângela Reis, da Deputada Elisa Costa e de outros Deputados da região. Venho aqui dizer que o PPAG vai ter um programa específico para a região do Vale do Aço, berço da minha família. Isso tudo foi resultado de uma construção coletiva da Assembléia Legislativa e de uma emenda popular. Ações relacionadas à área de esporte resultaram do esforço do Deputado João Leite e de sua equipe. Lutaram para a implantação de um centro olímpico e para a ampliação das academias como parceiras das escolas públicas. Houve ações específicas na área de esporte. O Deputado João Leite teve uma grande contribuição nesse processo e várias emendas foram incorporadas. Ações para os conselhos tutelares também aconteceram. Agora, poderão ter recursos para adquirirem veículos. Esta Casa aprovou uma emenda que isenta de ICMS a compra de veículos, pelos Prefeitos, para os conselhos tutelares. A ação da saúde foi fundamental. Quem é da área sabe. Houve o fortalecimento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan -, que monitora o comportamento nutricional das crianças, podendo combater a desnutrição materno-infantil. Essa ação foi acolhida pelo relator Lafayette de Andrada, votada na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e feita pelo Consea. O Conselho de Alimentação Escolar apresentou uma emenda, que foi aprovada nas Comissões, para a reforma e melhoria das cantinas escolares. A Deputada Maria Lúcia Mendonça, Vice-Presidente da Comissão de

Educação, é muito empenhada nessa área e coordenou várias audiências públicas. Essa área é muito importante. Existe uma emenda propondo a reforma das cantinas das escolas. Capacitação de professores na área de educação infantil é uma emenda popular do Fórum Mineiro de Educação Infantil. Existe uma emenda na área de saúde, a fim de que os Municípios possam implantar centros de atendimentos à saúde mental da criança na linha avançada da luta antimanicomial, para que a criança com necessidade especial, em meio aberto, com o apoio da família, possa ter esse atendimento. Recurso para apoiar as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis em toda Minas Gerais. Recurso para a regularização fundiária de áreas ocupadas por comunidades quilombolas e indígenas. São inúmeras as emendas aprovadas. Muitas. O tempo aqui não seria suficiente para detalhá-las e falar sobre cada uma. Destacaria essas emendas, que terão critérios definidos e serão operacionalizadas pelo governo do Estado. São alterações para melhor, são alterações que aperfeiçoam o Plano, são alterações negociadas com o governo. Sei que muitas emendas não foram acolhidas. Algumas tinham um valor muito alto. Outras poderiam desvirtuar as prioridades originais do governo. Algumas não foram assumidas agora pelo governo, porque, como disse, se as assumisse iria cumprir algumas, mas outras não. Queria ter mais segurança. Por exemplo, a universalização da alimentação escolar para o ensino médio. Avançamos no PPAG anterior, porque já existe alimentação escolar para o ensino médio noturno. A emenda para a alimentação escolar no ensino médio diurno não foi aprovada. O Secretário Danilo de Castro me disse que farão um esforço para, ainda em 2008, em parceria com o governo federal, discutirem esse assunto. Digo com clareza que algumas emendas não foram incorporadas. Mas não é por isso que vamos desvalorizar o processo, até porque esta Casa Legislativa é um espaço de negociação. Digo, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, com a consciência tranquila, que o PPAG sairá desta Casa muito melhor que entrou. Esse é o papel do Poder Legislativo: melhorar, aperfeiçoar as legislações. Sei que algumas áreas poderiam ser mais bem aquinhoadas, como a área da reforma agrária. Temos emendas nesse sentido no orçamento. Apesar disso, conseguimos avanços. Quero, de público, dizer que esse não é um processo de alguns Deputados, não é um processo de uma comissão, mas é um processo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Cada um de nós, Deputadas e Deputados, deve valorizá-lo. Por exemplo, após a implantação do Cras no Triângulo Mineiro, o Deputado Luiz Humberto Carneiro poderá dizer que isso se deve a uma emenda aprovada no PPAG. A Deputada Rosângela Reis poderá dizer, no Vale do Aço, que a população tem um programa associado de região metropolitana. A Deputada Maria Lúcia Mendonça poderá dizer que algumas cantinas escolares estão sendo reformadas, porque existem recursos para isso no PPAG. O Deputado Carlin Moura poderá dizer, para a área da economia solidária, que as feiras regionais foram conquistadas desta Assembléia. Os Deputados da área da saúde poderão dizer que o Sisvan terá reforços pela ação da Assembléia Legislativa em Minas. As áreas mais relacionadas ao meio empresarial poderão dizer que a emenda da Fiemg, de operacionalização do Fundo de Inovação Tecnológica, foi aprovada. O PPAG foi plural, pois tinha catador de material reciclável, dirigente da Fiemg e pessoas das áreas de assistência à criança, do agronegócio, da Fetaemg, do Escola Família Agrícola, de associação comercial e das CDLS. Essa construção plural orgulha a Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte) - Nobre Deputado André Quintão, acompanho com muito interesse a sua fala e, percebendo o seu entusiasmo em relação ao planejamento, não poderia me furtar de apresentar dois testemunhos.

Primeiro, farei uma digressão histórica, pois, na verdade, quando praticamente contamos com essa unanimidade em termos da valorização do planejamento, a história recente demonstra que isso só se consolida nos últimos 80 anos. É muito interessante relatar que o planejamento veio ocupar uma importância na política pública, quando no final da década de 20, do século passado, ocorreu a falência do movimento capitalista nos Estados Unidos, e os olhos se voltaram para a União Soviética, onde a GLOSPAN fazia o primeiro ensaio de planejamento. Essa palavra, que, até então, estava praticamente voltada para o regime comunista, ganha a literatura do mundo ocidental e se transforma em uma peça de grande valia para a melhoria das políticas públicas.

Nesta Casa, na quarta Constituinte mineira, os constituintes de Minas Gerais, mais uma vez, tiveram um exemplo histórico da maior importância. Esta Casa, ainda no tempo da assembléia provincial, pela primeira vez, deu ao Brasil a idéia de se fazer um regime federativo. Os Deputados mineiros propuseram que cada cantão do Estado se transformasse em uma região federativa.

Na última Constituinte, aqui nasceu a idéia desse tipo de planejamento que V. Exa. acaba de destacar, por ser a única entidade da Federação com quatro peças importantes de planejamento, que, para nossa alegria, com a participação do conjunto dos Deputados, estão em pleno vigor: o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, que faz uma projeção para 16 anos; o Plano Plurianual, que faz uma projeção para quatro anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que determina as prioridades para o Orçamento; e a Lei Orçamentária anual.

Quando vejo o entusiasmo de um Deputado tão jovem ao relatar a questão da importância do planejamento, penso em fazer uma reflexão, pois, muitas vezes, como V. Exa. destacou em sua fala, a grande mídia não se preocupa em dar a devida ênfase ao processo de construção. Às vezes, é muito mais fácil o imediatismo de uma manchete, esquecendo-se da essência da atividade política, que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, com a votação do PPAG, principalmente a partir do ano 2000, dá um exemplo claro de como é possível utilizar a política pública para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Em termos quantitativos, quando chegou o primeiro PPAG, tínhamos apenas 30 programas estruturadores. Lembro-me do esforço da Comissão de Participação Popular e de todos os Deputados da Casa para criar o primeiro programa estruturador de DNA legislativo. Hoje já estamos comemorando a chegada de 53 programas, em uma abrangência de 13 áreas de resultado. E, quando consideramos essas áreas, por qualquer que seja a ideologia prevalente na formulação política de cada Deputado, o mais importante, nobre Deputado André Quintão, é que todas têm como interface comum o cidadão de Minas Gerais.

Devo confessar a você, talvez como Deputado mais antigo desta Casa, que, com os Deputados Irani Barbosa e Antônio Genaro, votou a Constituinte de 1989, que renasce em nossos corações esse encantamento da possibilidade de fazermos isso aqui, nesta sala, praticamente sem nenhuma galeria, mas com os nossos corações extremamente felizes, por estarmos exercitando o lado bom da política.

Quantas e quantas pessoas descamisadas, sem vez e sem voz na sociedade, de cuja existência a grande mídia nem se lembra, pela ação dos projetos estruturadores estão tendo a dignidade que todo ser humano merece na nossa sociedade. Para mim, esta manhã nesta Casa, é mais um momento de afirmação do parlamento mineiro.

Dois detalhes da sua fala vêm ao encontro daquilo que o nosso Presidente tem colocado como meta da administração da Casa legislativa. Primeiro, o modelo federativo. Se pudermos somar os recursos, como o Suas está experimentando agora, nesse esforço dos três entes federados, Município, Estado e União, sem a preocupação da política pequena, mas, sim, com a preocupação da política pública, tenho certeza de que vamos a cada passo aumentar ainda mais a qualidade de vida dos brasileiros. Em Minas estamos melhorando a qualidade de vida dos mineiros.

Aproveito a presença do Deputado Alberto Pinto Coelho, para ressaltar que ele tem tido a ousadia de inovar esta Casa ao realizar essas audiências públicas do PPAG. Lembro-me da preocupação que todos tivemos em saber se a peça de planejamento sensibilizaria as reuniões. Todas que aconteceram foram um sucesso, tanto a de Araçuaí e de Juiz de Fora quanto a de Belo Horizonte. Que possamos avançar, para atingir as 10 regiões de planejamento. E um pedido além: que a Casa utilize os conhecimentos acumulados na Fundação João Pinheiro a partir do Índice Mineiro de Responsabilidade Social para avaliar o impacto da política pública na melhoria da qualidade de vida. Se conseguirmos, nesta legislatura, trazer para a peça do planejamento o impacto da avaliação da transformação junto ao cidadão dos programas estruturadores, realmente seremos os legisladores do terceiro milênio.

Encerro a minha intervenção e, como membro do PDT, pedetista e admirador do trabalho de Brizola, fico ainda mais feliz por ver que começamos as nossas áreas de resultado com educação de qualidade, com uma coragem muito grande do Governador, com a nossa querida

Vanessa, Secretária de Educação, implementando de modo efetivo a escola integral em Minas, dando a formatação do protagonismo juvenil. São coisas em que vemos de modo bastante claro a presença da política, para transformar e melhorar a vida das pessoas.

Confesso, nobre Deputado André Quintão, que saio daqui remoçado. Terminei essa sessão legislativa com o mesmo entusiasmo de todas as outras, vindo um jovem Deputado tão preocupado com essa questão. A verdade é que recebemos o apoio dos 77 pares da Casa. Se não fosse a determinação do Presidente e a participação dos Deputados e da assessoria que nos acompanha, não estaríamos vivendo este momento tão bonito da legislatura de Minas Gerais. Espero que alguém da imprensa faça uma análise e reconheça o trabalho que esta Casa está desenvolvendo a favor do povo de Minas Gerais.

O Deputado André Quintão* - Só não quero cometer uma injustiça. Devo mencionar que a conquista do programa associado região metropolitana e Vale do Aço teve a firme participação da nossa companheira e também Deputada Cecília Ferramenta.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Deputado André Quintão, muito rapidamente interiro na fala de V. Exa., apenas para fazer um pequeno esclarecimento referente ao PPAG. Não me inscrevi como orador, para dar mais agilidade aos trabalhos, mas é só para que os Deputados compreendam a dimensão do que foi o PPAG. O projeto encaminhado pelo governo de Minas tratando principalmente dos investimentos que ele pretende fazer chegou a esta Casa, e, em boa hora, a Comissão de Participação Popular entrou em acordo com a Presidência do Poder Legislativo em realizar audiências públicas no interior e na Capital, para ouvir a sociedade, a fim de que ela também pudesse manifestar-se no plano do governo de investimentos para os próximos quatro anos. Aconteceram audiências públicas por grupos temáticos no interior e na Capital, de acordo com a natureza dos investimentos e das ações. Foram produzidas mais de 500 propostas populares. Além dessas propostas populares, os Deputados apresentaram quase 200 emendas ao texto. Quero registrar que a equipe da Assembléia Legislativa trabalhou, sobretudo nos últimos dez dias, até a madrugada, inclusive no sábado e no domingo, tendo que compatibilizar esses textos, porque muitas propostas apresentadas já estavam previstas no PPAG, mas o cidadão não sabia disso. Por exemplo, o cidadão apresentava uma proposta de asfaltamento de alguma rodovia, mas no Pró-Acesso já estava previsto isso. Foi preciso fazer esse pente-fino, o que demandou estudos e consultas demoradas. Muitas propostas apresentadas tinham semelhança com alguns programas que o governo estava fazendo. Então, adaptamos a finalidade dos programas do governo inserindo o teor da proposta semelhante. Ao modificar algumas dessas propostas, inserindo-as em programas já existentes, algumas emendas dos parlamentares ficaram prejudicadas porque eles apresentavam emendas que já haviam sido objeto de proposta popular. Tudo isso demandou muito trabalho, sem contar as negociações, porque os recursos são finitos e as demandas são infinitas. Era preciso compatibilizar tudo isso dentro do plano. Por fim, rejeitamos muitas emendas de parlamentares porque alguns deles, para embasar as suas emendas, solicitaram que agentes políticos do interior, como Prefeitos e Vereadores, oferecessem também sugestões. E essas sugestões, alguns parlamentares as transformaram, na íntegra, em propostas, que não são foco do PPAG. Aconteceram emendas, como, por exemplo, a de reforma do prédio da Prefeitura. Isso não é objeto do PPAG. Emendas desse tipo tiveram que ser rejeitadas.

O projeto final ficou primoroso. Mais uma vez elogio a assessoria da Casa. O relatório final foi apresentado a partir de um estudo minucioso de todas as propostas apresentadas, de todas as emendas apresentadas e, para cada uma delas, foi consultado se havia ou não algum programa e, dentro do programa, alguma ação que as contemplava e se não seria possível contemplar fazendo modificações de finalidade. Foi um trabalho extenuante, mas foi feito com muita competência pela assessoria da Assembléia Legislativa. Quero renovar meus elogios à equipe que se debruçou sobre esse tema, claro que norteada pelo entendimento do relator após negociação com o governo, com os parlamentares e com setores da sociedade. Parabéns aos Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, da Comissão de Participação Popular e do povo da Casa. Como disse o Deputado André Quintão, o PPAG sai da Assembléia Legislativa aprimorado. Para os senhores terem uma idéia, estão previstos no orçamento do ano que vem, no PPAG, cerca de R\$35.000.000,00, dos quais mais de R\$4.000.000,00 serão investimentos. Minas Gerais sai de uma situação deficitária para se orgulhar e dizer que, no próximo ano, investirá quase R\$5.000.000,00. Eram esses os esclarecimentos que tinha a fazer ao Plenário. Acho importante que os Deputados tenham conhecimento do gigantismo do trabalho realizado para culminar no relatório final do PPAG. Muito obrigado, Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Agradeço o aparte do Deputado Lafayette de Andrada. Mais uma vez dou meu testemunho de que o processo foi positivo, em decorrência da sensibilidade do relator e do Presidente da Comissão de Fiscalização, que desde o início integraram essa iniciativa.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado André Quintão, se tivesse de pontuar nesta sessão legislativa que está findando, não teria nenhuma dúvida de que destacaria a intensa movimentação promovida pela Comissão de Participação Popular na discussão do PPAG, com a apreciação das 542 emendas oriundas de sugestões da sociedade civil organizada. É um trabalho intenso, mas extremamente prazeroso e muito em sintonia com o papel da Casa, que é ouvir o povo. Registro e parabéns a brilhante condução de V. Exa. na Presidência da Comissão de Participação Popular. Não posso deixar de registrar também a dedicação dos Deputados João Leite, Eros Biondini e Gustavo Valadares, membros efetivos da Comissão de Participação Popular e, especialmente, de todos os servidores desta Casa em nos assessorar e orientar. Também deixo o registro público da sensibilidade do relator do PPAG, Deputado Lafayette de Andrada, que soube aglutinar e refletir sobre essas sugestões. O que me vem, em primeiro lugar, é que a proposta original do PPAG, como não poderia deixar de ser, é técnica. Veio evitada de tecnicismo. Foi uma proposta feita em gabinete. Se não passasse pelo crivo das sugestões populares, iríamos ter uma lei de planejamento para os próximos quatro anos sob a ótica dos técnicos, da burocracia. Não que ela não tenha um papel a cumprir, mas a presença da comunidade, dos sindicatos, dos estudantes, dos quilombolas, das comunidades tradicionais, dos fóruns de defesa das crianças e adolescentes e da Fiemg possibilitaram que o planejamento do Estado entrasse em sintonia com a realidade da vida das pessoas. Às vezes, esquecem-se disso na proposta original. Quando falam da prioridade da educação em Minas, foi preciso que os diversos movimentos sociais ligados à educação, o sindicato dos professores e os estudantes viessem a esta Casa dizer que não é possível uma educação em Minas Gerais que não valorize o profissional. A proposta original do PPAG contemplava muito pouco a valorização da remuneração do professor, assim como o aprimoramento da formação desse profissional. As emendas populares possibilitaram um olhar mais destacado para isso. Também do ponto de vista do protagonismo jovem, ficou demonstrado que não basta simplesmente falar que o jovem é prioridade, se isso não reverter em políticas públicas de investimento na juventude. Várias emendas foram sugeridas para que programas sociais de inclusão da juventude, como o Minas Olímpica, tivessem valorização com aumento de seu financiamento. Também programas como o de incentivo ao esporte, o Bolsa-Atleta, foram trazidos até nós por meio de sugestões da comunidade. É uma experiência muito positiva para esta Casa, que deve se consolidar como conquista deste parlamento. Em uma visão mais geral, o governo de Minas e o parlamento precisam encampar de vez a visão do orçamento participativo. A participação do povo no planejamento do Estado não pode ser exceção, tem de se transformar em regra. Devo reforçar, de forma muito contundente, a proposta de V. Exa. Daqui para frente, devemos aprofundar ainda mais a presença do povo, a presença da população, a presença da sociedade civil, porque passaremos a ter um planejamento com a cara da população, com a cara do povo. A Comissão de Participação Popular está de parabéns. Conforme acatado pelo Deputado Lafayette de Andrada, temos a convicção de que propostas sugeridas pela comunidade, propostas sugeridas pelo povo, o maior detentor do poder, devem ser aprovadas pelo Plenário desta Casa. Não tenho dúvida de que o conjunto dos 77 Deputados e Deputadas desta Assembléia haverá de confirmar todas as emendas apresentadas durante as audiências públicas pela sociedade civil organizada. Fica aqui o nosso registro.

Mais uma vez, parabenzamos o nobre Deputado André Quintão, por tudo o que representou nesse processo, e o relator, Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura, grande integrante da Comissão de Participação Popular e um dos maiores responsáveis pelo êxito do processo. Com o maior prazer, concedo um aparte ao Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Meu caro André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, manifesto minha alegria em ver você prestar contas a esta Casa, que é de todos nós. A utopia tem lugar, sim. A partir de 1988, os constituintes mineiros conseguiram, em virtude de sua utopia e de sua vontade, criar a democracia verdadeira, representativa, agora caracterizada neste Plenário, quando vejo V.

Exa. prestar contas do PPAG, enfim, daquilo que foi uma verdadeira utopia na Constituição. Como disse o Deputado Sebastião Helvécio, o PMDI, o PPAG, a Lei Orçamentária e a LDO são os quatro instrumentos principais. Nossos projetos nada mais são do que a antecipação de realidades, instruídos no espírito da liberdade e da igualdade de oportunidade, que configura a justiça social. Tudo isso, no plano subjetivo, é muito bonito na Constituição.

Quando aqui cheguei, em 1990, sempre ficávamos frustrados com os ensinamentos constitucionais, mas nunca colocamos em prática. Realmente, os poderes eram mais herméticos, e o povo não participava. Cumprimento todos vocês, por terem criado a Comissão de Participação Popular, a partir de quando o cidadão passou realmente a participar da vida de Minas Gerais, trazendo dos mais distantes rincões o pensamento de todos. Hoje V. Exa. está tornando homogêneas todas as idéias materializadas na Comissão de Participação Popular, tudo aquilo com que o povo sonha, todas as suas carências. Coloca-se no PPAG um projeto de presente e de futuro, para os nossos quatro anos. Parabenizamos o Governador Aécio Neves por sua abertura, por seu espírito de liberdade, como Deputado que foi, como mediador dos interesses do povo. Participa conjuntamente, com sua equipe de governo, com suas secretarias, com seus assessores, em espírito de harmonia e de trabalho conjunto com esta Casa. Devemos homenagear, também, os nossos servidores, do mais humilde ao mais graduado, a nossa consultoria, os nossos órgãos de comunicação, para levar ao povo mineiro o seu verdadeiro representante. Na medida em que o indivíduo deposita o voto no seu Deputado, está renunciando a sua liberdade pessoal de tomar posição, entregando-lhe essa missão, esse apostolado, que V. Exa. encarnou.

Hoje estou feliz porque percebo que houve evolução deste Parlamento, principalmente do ano 2002 para cá, quando as coisas começaram a acontecer. O processo é lento, mas progressivo, e sinto que o progresso acontece em Minas Gerais, onde o governo, a Assembléia Legislativa e o Judiciário dão exemplo ímpar para todo o Brasil. Vivemos dos nossos recursos, dos nossos impostos, de tudo o que arrecadamos, para fazer planos para a sobrevivência de nossas famílias, da mais humilde à do maior empresário. Noto que, nesse PPAG, conseguiremos criar aquele espírito de justiça social, de regulação da vida de todos nós, para diminuir a ganância, o egoísmo, a ambição. Temos de dar oportunidades aos mais humildes.

Nessa síntese, apresentada por V. Exa., de toda a prestação de contas, de tudo o que aconteceu na tramitação, nas propostas, nos contornos que este Parlamento deu ao tecnicismo, a que se referiu o Deputado Carlin Moura, vai-se tomando uma forma mais humana de administrar Minas Gerais, que passa a ser um lugar mais alegre, melhor de se viver, onde o governo é mais fraterno. Vivemos muitas dificuldades neste século. Logo no seu início, na primeira década, o homem está pensando muito no hedonismo - o prazer a qualquer custo -, no darwinismo social - o peixe grande comendo o pequeno -, o que temos de combater.

Na Comissão de Participação Popular e em todas as outras comissões temáticas temos de começar a materializar o que está escrito. E aqui faço uma sugestão: sei que todas as comissões trabalham com afinco, com denodo, mas precisamos fazer mais modificações porque somos agentes de transformação social. Transformação social para quê? Para que tenhamos uma vida melhor a cada dia, para que o Natal aconteça todo dia. A sociedade, muitas vezes, é hipócrita, quando deseja um feliz Natal, feliz ano-novo, e, amanhã, mata, de forma lenta, pessoas, quando o grande ganha muito e o pequeno, nada, fica excluído.

Lembro-me do nosso companheiro Getúlio Neiva, quando disse que quer as maiorias, mas as maiorias dos carentes, dos que não têm instrumentos para se defender. E essas armas serão colocadas à disposição, para combater a pobreza, diminuir as diferenças e as desigualdades, nas comissões temáticas aqui da Assembléia. Precisamos fiscalizar mais, e talvez possamos fazê-lo por amostragem, indo a fundo em determinados projetos como se faz numa CPI. Escolheríamos uns três ou quatro projetos para fazer essa investigação. Não podemos mais ser homologatórios.

Presto uma homenagem a nosso Presidente Alberto Pinto Coelho, pela tolerância, paciência e sabedoria com que ouve todas as bancadas da Casa. Precisamos de uma reforma partidária para que essas ideologias sejam sintetizadas nessas comissões. É necessário que as comissões sejam mais objetivas. Não podemos ser homologatórios só na Comissão de Fiscalização Financeira. As vezes, temos de ser rigorosos na Comissão de Constituição e Justiça.

Toda a dinâmica desta Casa tem de se materializar em ações instruídas pela Constituição, que, apesar do sentido subjetivo, possui igualdade de oportunidade, de justiça, mas, muitas vezes, distante da prática. Sintetizando tudo isso, em todas as emendas da Comissão de Participação, dos segmentos mais desprotegidos, posso afirmar que, com a abertura do Governador Aécio Neves, poderemos melhorar a vida de cada um e o entusiasmo de sermos humanos como os outros, com as mesmas oportunidades, sem pré-concepção. Temos de tratar até o objeto como sujeito, para nos sentirmos mais livres. As diferenças sociais são muito grandes e, muitas vezes, aconteceram, porque não havia a Comissão de Participação Popular e todas as outras, trabalhando para o cidadão. Por isso, vivemos nessa dificuldade de segurança, de saúde, de ensino. A educação e a saúde são o binômio da sustentação e serão, tenho certeza, cada vez mais promovidas pelo Governador.

Parabéns, vocês realmente transformaram esta Assembléia, de seis anos para cá, em uma nova Assembléia; aumentaram o número de projetos estruturadores, que passou de 31 para 57. Tudo isso é trabalho das Comissões. Fico entusiasmado ao perceber que a utopia tem lugar e pode ser nesta Assembléia, na democracia representativa, em que cada um de nós pode melhorar a vida dos cidadãos que representamos. Parabéns pelo trabalho. Parabéns à nossa Mesa e a todos os companheiros de todas as Comissões temáticas.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Deputado André Quintão, não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para parabenizá-lo pela discussão do PPAG e pela condução da Comissão de Participação Popular. Para mim foi um grande presente conviver com V. Exa., com o Deputado João Leite e com os demais membros da Comissão de Participação Popular, o que, com certeza, enriqueceu sobremaneira o meu primeiro ano de mandato. Também parabênizo o relator Lafayette de Andrada, que acabou fazendo o elo necessário para que a Comissão de Participação Popular chegasse aos ouvidos, aos olhos e ao coração da Casa e do governo, conseguindo transformar suas idéias em ações. Não apenas trouxemos para participar nesta Casa, de inúmeras audiências públicas e reuniões da nossa Comissão, o povo sem voz e vez e todos os segmentos, mas fomos aos mais longínquos lugares da nossa Capital e do nosso Estado, como a Frutal, onde o representei em uma das reuniões. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Infelizmente, o tempo é curto para um assunto de tamanha importância, apenas 60 minutos. Gostaria de agradecer a todos os servidores desta Casa que trabalharam ativamente, a todos os Deputados e a todas as Deputadas, aos gestores do governo que aqui estiveram, às assessorias das Comissões e do nosso gabinete, às entidades, aos cidadãos e às cidadãs que participaram.

Deputado Lafayette de Andrada, termino, dizendo que a Assembléia de Minas, hoje, dá exemplo - quem sabe até ao Senado -, quando um Deputado da Oposição encaminha a aprovação de um projeto estratégico do governo. É sinal de que as coisas em Minas Gerais estão andando de forma coletiva, de maneira mais responsável com o interesse público. Muito obrigado.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Lafayette de Andrada) - A Presidência gostaria registrar a presença do Deputado Shane Jett, da Assembléia Legislativa de Oklahoma, dos Estados Unidos. Ele veio visitar e acompanhar os trabalhos desta Casa, o que para nós é grande honra. Registramos também, com muita alegria, a presença no Plenário do ex- Deputado e ex- Embaixador Tilden Santiago.

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min. Com a palavra, para discuti-lo, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa* - Cumprimento a Mesa, o Deputado Lafayette de Andrada, relator do PPAG, as demais Deputadas e Deputados, as servidoras e os servidores da Assembléia, a imprensa, Minas Gerais, o Vale do Rio Doce e, com muito carinho, Governador Valadares, minha cidade. Registro que sou membro efetivo da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Deputado Sebastião Helvécio, um dia o Deputado Durval me lembrou que nossa Comissão tem pouca participação popular. É verdade. Ao longo dos anos, temos realizado poucas audiências. Por isso faço questão de participar de outra comissão temática para contribuir com o debate. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária é uma das mais significativas na discussão do Estado, das políticas públicas e no trabalho efetivo da fiscalização do Executivo, tendo um papel muito importante na Assembléia. Hoje, o Deputado Zé Maia, seu Presidente, foi o relator do orçamento, e o Deputado Lafayette de Andrada, do PPAG. Cumprimento os Deputados Antônio Júlio, Agostinho Patrús Filho e Sebastião Helvécio, que também a integram. Há três anos, como membro efetivo, tenho a alegria de participar desta Comissão representando o PT. Nesse período, sempre travamos um bom debate sobre os temas e principais projetos das Deputadas, dos Deputados e do governo de Minas. Entretanto, pela primeira vez, ocorreu um fato em relação ao qual, de público, deixarei minha moção de repúdio. Todos os anos, a Assembléia rediscute, avalia e aperfeiçoa o PPAG. Este ano especialmente, trabalhamos na elaboração e votação para quatro anos. Logo, o papel da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que sempre é fundamental, foi especialmente mais importante desta vez, pois aprovamos um plano de ação para os próximos quatro anos, que termina este governo e inicia o próximo. Ontem, quarta-feira, participamos da abertura da reunião da Comissão, às 14 horas. Como os pareceres do Orçamento e do PPAG ainda não estavam prontos, a reunião foi suspensa para que houvesse tempo necessário para concluir o seu relatório. Todos estávamos aqui de plantão. Fui chamada para completar o quórum da Comissão de Trabalho, a qual integro. Os demais Deputados de outros partidos também permaneceram aqui, aguardando a retomada da reunião para a leitura dos pareceres do PPAG e do Orçamento. Há a tradição desta Casa, todos os anos, de que, por ser um relatório muito extenso e de muitas emendas apresentadas, apreciadas, prejudicadas ou rejeitadas, se faça a sua distribuição em avulsos. Com essa distribuição em avulsos, tem-se um tempo de 6 horas para avaliação de pareceres e análise do relatório. A partir daí, a Comissão volta e passa a votar o parecer e o relatório final. Dessa vez, houve dois agravantes. Grande parte dos membros efetivos não participaram da Comissão e da votação nessa próxima reunião. E mais ainda: não foram distribuídos avulsos, tendo sido votado o projeto imediatamente, sem discussão do conjunto da Comissão. Ao longo dos anos, temos feito debates sobre os diversos temas, e agora há o coroamento da nossa Comissão: o Orçamento e o PPAG. Citarei aqui quatro Deputados efetivos que não participaram dessa votação: Deputado Antônio Júlio, do PMDB; Deputado Agostinho Patrús Filho, do PV; Deputado Sebastião Helvécio, do PDT; e eu, representando o PT. De fato, da nossa parte nos sentimos indignados, e reafirmo aqui a nossa moção de repúdio. Houve um atropelo e um desrespeito, especialmente com os partidos e os efetivos da própria Comissão. Seus suplentes, de última hora, compareceram e quem, ao longo dos anos, participou da Comissão ficou à parte dessa importante decisão. Por acerto das lideranças, voltamos à Comissão para realizarmos ainda os debates das emendas, no final da noite de ontem, quarta-feira, mas deixo aqui registrado esse fato. Não estou relatando nenhuma desconfiância em relação aos membros e à relatoria dos pareceres do PPAG e também da Presidência da Comissão, mas que isso não aconteça novamente nesta Casa legislativa, porque não foi nem essa é a tradição nos últimos dois anos. Quando da votação do orçamento e do PPAG, não somente a Comissão participa, mas geralmente um conjunto de Deputados se fazem presentes porque querem acompanhar a apresentação do relato e também avaliar, debater e discutir as suas emendas, seja pela sua rejeição, seja pela sua aprovação. Então, quero registrar, neste último dia do ano legislativo, que fiquei muito indignada sim, e não somente por mim, mas também pelos colegas parlamentares que não puderam participar desse importante debate. Isso minimiza o papel de uma Comissão tão importante nesta Casa e, principalmente, de um tema dos mais importantes: discussão das políticas públicas, do planejamento e do acompanhamento orçamentário no Estado de Minas Gerais. Faço esse registro para solicitar que, nos próximos anos, não apenas mantenhamos a tradição, mas que haja mais participação efetiva da nossa Comissão. Também registro que foi muito importante a fala do Deputado André Quintão, como Presidente da Comissão de Participação Popular, como também a dos outros que se manifestaram nas audiências públicas durante a apresentação de emendas. Demonstraram e cumpriram o papel legislativo de aperfeiçoar uma legislação que, cada vez mais, não deve ser apenas autorizativa, Deputado Sebastião Helvécio - e sei do seu compromisso. Espero que, ao longo dos próximos anos, também na esfera federal, possamos caminhar para que os orçamentos sejam, de fato, aqueles que planejarão e executarão o que foi decidido pelas Assembléias Legislativas. Que sejam orçamentos impositivos; que se cumpra o que foi planejado, porque isso poderá retratar a realidade do Estado de Minas Gerais, retratar um planejamento que pode ser cumprido pelo governo do Estado e pela Assembléia Legislativa, por meio de seus parlamentares. Assim cumpriremos o papel de destinar recursos, investimentos e políticas públicas. Poderemos dar respostas efetivas à comunidade: essa emenda foi aprovada, essa política pública tem esse recurso. E, conseqüentemente, ao longo dos anos, esse recurso será devidamente aplicado, o que ajudará a população a acompanhar mais de perto o planejamento e a execução orçamentária, como também a comunidade se sentirá participante da elaboração do Orçamento, porque suas sugestões, assim como as das entidades da sociedade civil, serão realmente cumpridas. Hoje várias emendas acolhidas vieram da Comissão de Participação Popular e da sociedade civil organizada. Mas, se tivéssemos um orçamento impositivo, com certeza as nossas comunidades saberiam que esses recursos não teriam nenhum remanejamento, não seriam usados para outras funções, mas seriam destinados efetivamente para cumprir aquela determinação. É um ideal que devemos cumprir e pelo qual devemos sonhar, lutar e avançar. Reconheço que muito já se fez. Hoje temos um PMDI, um PPAG mais debatido com a sociedade; um Orçamento mais bem acompanhado por Minas Gerais. Se caminhamos nessa linha com o governo federal e o governo de Minas, daremos um passo adiante em termos de políticas públicas planejadas no Estado de Minas Gerais e também no Brasil. Quero fazer um terceiro registro: todos os anos, as emendas coletivas da Bancada do Partido dos Trabalhadores quase nunca são aprovadas e, dessa vez, não foi diferente. A maioria - para não dizer 99% das emendas coletivas da bancada do nosso partido e as do Deputado Carlin Moura, do PCdoB - não obteve sucesso e foi rejeitada. Apenas um conjunto de emendas individuais foram acolhidas. Agradeço ao relator, Deputado Lafayette de Andrada, o acolhimento de várias emendas individuais da nossa Bancada do PT, apresentadas pelos nossos Deputados, que retratam a história, a vivência e a experiência em várias regiões de Minas Gerais.

Quero registrar que, como somos do Vale do Rio Doce, fizemos uma verdadeira manifestação pelo Vale do Rio Doce nas emendas que apresentamos no PPAG. Por que razão? Inicialmente, porque - e é verdade, Deputado Lafayette de Andrada -, pela primeira vez na história de Minas Gerais, o governo estadual apresentou um plano estruturador que se chama Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Digo que é pela primeira vez, porque só agora o Rio Doce entrou nesse programa estruturador. Para nossa surpresa, quando nos debruçamos sobre o Plano Mineiro e o PPAG em relação ao Rio Doce, deparamos com o fato de que era apenas uma indicação no programa. Grande parte dos recursos estavam destinados a outras regiões. Pedimos que não somente os recursos permanecessem destinados para o Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, como também solicitamos ao relator e ao governo de Minas um olhar especial para o nosso Vale do Rio Doce. Assim como houve emendas em prol das demais regiões, que haja também para o Vale do Rio Doce. Tivemos sucesso em algumas emendas. A maioria apenas como janelas. O Deputado Lafayette de Andrada, que foi o relator, sabe disso. Abrimos janelas para o Vale do Rio Doce em muitas emendas que apresentamos. Quero, de público, chamar a atenção da bancada do Rio Doce. Vejo, no Plenário, a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados José Henrique e Jayro Lessa. Nos próximos anos, continuaremos reivindicando o acréscimo de recursos a essas janelas abertas para o desenvolvimento da nossa região. Seja bem-vindo o nosso convidado, Deputado Shane Jett. E o saúdo com mais alegria ainda, porque, como bem lembrou o Deputado João Leite, a região de Governador Valadares é a que mais se faz presente nos Estados Unidos. Fizemos um verdadeiro manifesto ao apresentarmos 46 emendas em que solicitamos recursos para o Vale do Aço, para a região da Vertente, no Caparaó, para as cidades em torno de Governador Valadares e próximas da bacia do Suaçu-Guanhães. Nossa intenção é que o Estado de Minas Gerais lance um olhar especial sobre o Vale do Rio Doce. Se há hoje uma Região Metropolitana do Vale do Aço, se fizemos uma conferência metropolitana do Vale do Aço, é preciso que, a exemplo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, exista também um programa estruturador para o Vale do Aço. Não posso perder, portanto, a oportunidade de parabenizar a Deputada Cecília Ferramenta, que lutou pela emenda da criação do programa estruturador - embora ainda em nível de subprograma -, como o de uma região metropolitana. Outro grito em relação ao Vale do Rio Doce diz respeito a uma situação especial que vimos vivendo ao longo dos últimos 30 anos: há, atualmente, mais de 40 mil valadarenses nos Estados Unidos ou em países da Europa. Quase 150 mil pessoas do Vale do Rio Doce estão fora do Brasil. Muitas famílias estão indo ou foram buscar oportunidades e um salário mais digno, para oferecerem melhores condições de vida a seus filhos e à sua família. Essa emigração histórica do Vale do Rio Doce precisa ser revertida. Nossa região teve o extrativismo como ponto forte de economia. Retiraram dali a mica e, depois, cortaram madeira. Aqui estamos hoje a debater a mata seca. Nossa região, durante mais de 20 anos foi devastada ambientalmente. Hoje o que resta não vale nada. Não temos mais matas de topo de morros. Nossas matas nativas também acabaram. A lâmina do nosso Rio Doce era de 2,50m, mas hoje não chega a 90cm. Muitas nascentes secaram, fruto do desmatamento ao longo de mais de

20 anos para a extração da madeira. A extração da madeira passou, como também passou a mica. Estamos numa fase difícil, de baixa produtividade agropecuária. Está acontecendo o retorno de milhares de famílias, porque o dólar está desvalorizado, não tem mais a força que tinha.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Enquanto V. Exa. falava dos nossos conterrâneos de Valadares, de Itueta, de Galiléia, de Resplendor e de muitos outros que estão nos Estados Unidos, o Deputado Estadual de Oklahoma, Shane Jett, falou de um projeto de sua autoria que tramita em sua Assembléia, tratando justamente do atendimento aos imigrantes que estão no seu Estado. Ele fala das condições em que estão vivendo e entende bem o que V. Exa. traz a esta tribuna hoje, como também entende a vinda dos americanos para o Brasil, antes da Segunda Grande Guerra, para a região de Valadares, com o objetivo de levar esse material térmico, a mica, malacaxeta, para o teatro da guerra na Europa. Assim, muitos valadarenses foram para os Estados Unidos. Queria apenas citar que ele está preocupado com essa situação. Seria interessante esse entendimento, para que pudesse haver essa cooperação, já que temos tantos irmãos em Oklahoma e em outros locais dos Estados Unidos. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa* - Agradeço ao Deputado João Leite por sua compreensão em relação aos direitos dos nossos conterrâneos. V. Exa. compreende o sofrimento de nossos valadarenses quando saem de sua terra, deixam suas famílias, para viverem nos Estados Unidos, buscando uma vida melhor, uma vida digna para que suas famílias sejam atendidas nos seus direitos sociais básicos. Quero registrar aqui e agradecer o apoio do Deputado João Leite, pois lutamos para que eles tenham seus direitos garantidos. Quero continuar meu grito pelo Vale do Rio Doce em relação às emendas que apresentamos. Nos últimos anos, tivemos uma redução na participação do PIB estadual. Governador Valadares é uma região que, durante muitos anos, década de 60 e 70, contribuiu para a expansão da economia mineira nos últimos 30 anos. Na verdade, no processo de modernização, ficamos isolados do desenvolvimento e do crescimento. Governador Valadares e o Vale do Rio Doce, no processo de modernização do Brasil, desempenharam papel de fronteira agrícola, espaço de expansão da pecuária e da agricultura, de produção de matéria-prima, mica, com recursos naturais. Agora estamos vendo outro ciclo se fechando. Está acabando o ciclo da mica. Encerrou-se o ciclo da madeira, que contribuiu para a devastação da nossa região. Agora, estamos tendo uma baixa produtividade em relação a nossa pecuária e a nossa agricultura. E, por fim, estamos encerrando também o ciclo do dólar, da economia que foi centralizada economicamente na remessa dos dólares dos nossos queridos valadarenses dos Estados Unidos e de outros países da Europa. Por essas razões, o Vale do Rio Doce precisa encontrar agora o seu caminho, buscar sua identidade própria, suas potencialidades, sua vocação, promover um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que passa pela participação de todos no processo, as forças políticas e as pessoas que moram na região. E isso passa também, de maneira muito forte, pela presença do Estado brasileiro, pela presença forte do governo Lula, mas precisa passar também pela presença forte do governo de Minas Gerais, a fim de que a nossa região possa dinamizar sua economia, criar um novo ciclo de desenvolvimento, garantir oportunidades para a nossa juventude, garantir que pais e mães de famílias possam permanecer na terra onde moram. As emendas que apresentamos ao PPAG retratam essa necessidade. Em primeiro lugar, a região necessita de um forte processo educacional. Incluímos o Vale do Rio Doce nas seguintes ações: educação de qualidade profissional e tecnológica; implantação do Plano de Aceleração da Aprendizagem; qualificação profissional para o desenvolvimento das cadeias produtivas priorizadas; apoio à implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Governador Valadares, que é garantido pelo governo federal, mas conta também com a contrapartida do governo de Minas; apoio à implantação da extensão universitária pública em Governador Valadares, que contará com a contrapartida do governo do Estado, do governo Lula, da iniciativa privada, da UFMG, das universidades do Mucuri, do Jequitinhonha e de Ouro Preto, que contribuirão para que tenhamos lá uma verdadeira extensão universitária. Solicitamos também a implantação de núcleos de excelência tecnológica e vocacional, infra-estrutura de apoio tecnológico e pesquisa. Nenhuma região poderá alcançar desenvolvimento, se não tiver diagnóstico de suas potencialidades. É preciso pesquisa e estudo, para que esse diagnóstico seja transformado em projetos e programas de desenvolvimento regional.

Por que não termos em nossa região, Deputada Cecília Ferramenta e Deputado Carlin Moura, sedes da Epamig e do Cetec para que realizem estudos nas áreas da pecuária e da agricultura, contribuindo, assim, para o desenvolvimento desses setores da nossa economia? Incluímos em outro programa estruturador a atração de investimentos e a diversificação da produção; elaboração de um plano de incentivos fiscais para atração de investimentos na região; desenvolvimento do porto seco em Governador Valadares e nas regiões do Vale do Rio Doce; elaboração de estudos de modelos de negócios para as cadeias produtivas, estimulando os pequenos produtores, a pequena agroindústria, a pequena indústria, a média indústria; preparar a cidade e a infra-estrutura da cidade para receber uma grande indústria; atração de empresas âncoras e de novos investimentos para a região. O Vale do Aço recebe hoje o incremento das expansões da Usiminas, da Cenibra e do pólo siderúrgico de toda a região. Os impactos desse pólo siderúrgico precisam chegar até Governador Valadares. Não podem chegar apenas os problemas sociais e econômicos, mas também os impactos econômicos positivos para integrarem todo o Vale do Rio Doce num processo de desenvolvimento. Então, queremos que o pólo siderúrgico de toda região do Leste ajude a promover culturalmente, economicamente e socialmente o Vale do Rio Doce. A nossa cidade de Governador Valadares já se encontra em condições de receber uma grande indústria. Esse caminho tem sido pavimentado e discutido pelo governo do Estado e pelo projeto de desenvolvimento do governo federal, que começa a investir na região, para prepará-la do ponto de vista da formação profissional e humana, a fim de receber uma grande indústria, que gere emprego e promova o desenvolvimento. Governador Valadares prepara-se para receber uma grande indústria, para estimular a pequena e a média indústria e para ter um comércio mais ativo, que beneficie toda população da região. Refiro-me ao desenvolvimento das cadeias de fornecedores para as empresas âncoras locais. Se o Vale do Aço cresce como pólo siderúrgico, Governador Valadares pode ter também empresas fornecedoras, assim como o Rio Doce como um todo. Dando continuidade às nossas emendas, para finalizar, está previsto o apoio à infra-estrutura e ao suporte e a atração de investimentos para a cadeia do biodiesel. No Vale do Rio Doce, há também a produção da agricultura familiar. Teremos de fortalecer essa agricultura com a organização dos nossos pequenos agricultores e com o estímulo à cadeia do biodiesel. Há o programa de incentivo à agropecuária e recuperação da produtividade no campo. Apresentamos uma emenda para a inclusão do Rio Doce na ação de regularização fundiária, para o apoio financeiro aos pequenos produtores do Norte, do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce e para transformar e agregar o seu produto à agricultura familiar e à pequena agroindústria. Também está prevista a transferência de tecnologias, de sementes e de mudas qualificadas, para garantir o fortalecimento da agricultura familiar; o incentivo à economia solidária e aos pequenos e microempreendimentos; a implantação da rede de elaboração participativa de projetos comunitários; a implantação da política estadual de fomento à economia solidária; a promoção do artesanato voltado para a cadeia produtiva; e a implantação de cozinhas comunitária sertanejas. Algumas dessas emendas entraram como uma janela para o Vale do Rio Doce, com recursos ainda muito reduzidos, mas, ao longo dos anos, trabalharemos para aumentá-los. Está previsto também o incentivo ao turismo regional.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Deputada Elisa Costa, peço um aparte para falar sobre essa questão do Vale do Rio Doce, pois ficou constatado um aspecto importante no PPAG. Deputado Lafayette de Andrada, em que pese a importância do Pró-Acesso, especialmente no Vale do Rio Doce, vários trechos que ligam um Município ao outro e que ainda não foram beneficiados por esse programa não foram também beneficiados pelo PPAG. O Pró-Acesso adota uma filosofia muito específica de ligar o Município a uma malha asfáltica, mas como há uma economia regional, a interligação entre os Municípios fica dificultada. Darei um exemplo bem concreto. A cidade de Nacip Raydan será ligada a Governador Valadares pela malha de Virgolândia, mas, por outro lado, um trecho daquela cidade estaria muito mais perto do asfalto, mas não foi beneficiado. Isso acontece também em São José de Safira, em Peçanha e em Coroaí. O PPAG ainda apresenta essa falha, que precisa ser avaliada, principalmente no Pró-MG. A forma que teríamos de corrigir essa lacuna seria com o PPAG. Posso citar o exemplo de São José da Safira, Peçanha, Marilac e a cidade de Gonzaga. São trechos isolados que dificultam a economia local e a interligação entre os Municípios. Obrigado pelo aparte, Deputada Elisa Costa.

O Sr. Presidente - Deputada Elisa, só um esclarecimento, não como Presidente, mas como relator do PPAG. Além do Pró-Acesso e do Pró-MG, existe também um grande programa, com cerca de R\$80.000.000,00, para asfaltamento. Lá não está especificado quais são os Municípios e os trechos, mas muitos deles estarão contemplados. Naturalmente não são todos os trechos, mas existe um programa visando preencher essa lacuna. É apenas esse esclarecimento. Retorno a palavra à Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa* - Completando as emendas que apresentamos em relação a esse manifesto pelo Vale do Rio Doce, há mais um tema muito importante para nós. Já tratamos do apoio à indústria, à agricultura, à educação e há ainda o turismo. O turismo rural e urbano é muito importante como fonte de geração de emprego e renda na nossa região. Apresentamos emenda relativa ao desenvolvimento do destino

turístico do Vale do Rio Doce, que ficou muito genérica. Vamos trabalhar para que sejam destinados recursos à implantação de projetos que estimulem o nosso turismo rural e nas cidades do Vale do Rio Doce. Há também emendas relativas à produção cultural regional. Está presente a Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão, e apresentamos emendas ao PPAG para aumentar os recursos da nossa cultura regional e estadual e também para a recuperação do patrimônio histórico da nossa região e de Minas Gerais como um todo. Queremos fazer o registro de algumas emendas rejeitadas, cujo destaque farei depois em Plenário. Elas têm um papel muito importante na nossa região, e é um outro tema afeito ao Vale do Rio Doce. Trata-se do cuidado com a nossa Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Essas três emendas especialmente adquiriram um caráter estadual no PPAG. Antes ela tinha um caráter regional, mas de região central, e na minha emenda traduzi o caráter regional, incluindo os rios do Mucuri, do Jequitinhonha e do Rio Doce, exatamente para cuidar dessas bacias. Essas emendas voltaram, então, a ter um caráter estadual.

Faço, assim, um apelo ao relator, para que reveja essa proposta, porque são quatro emendas importantes em relação a essas bacias. A primeira foi prejudicada porque se tornou regional no âmbito do Estado. Aborda a conclusão da criação e estruturação dos comitês de bacias hidrográficas dos Rios Jequitinhonha e Mucuri, para garantir a efetivação no exercício de 2008. Ela foi prejudicada, e é uma reivindicação histórica das regiões do Mucuri e Jequitinhonha, são dois rios de tradição, que remontam à origem e à identidade do povo dos diversos vales, e adquiriu um caráter estadual. Quando tomam esse caráter estadual, esses recursos poderão ir para todas as bacias de Minas Gerais, e nós especificamos que tem de ser para a bacia do Mucuri, do Jequitinhonha e do Rio Doce. A segunda emenda prejudicada é a de recuperação e desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas, para dar início ao Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Também essa emenda, mais uma vez, ficou tendo âmbito estadual. Solicitamos reestudo do relator para que, na hora de se destacar a emenda em Plenário, receba apoio dos Deputados. A Bacia do Rio Doce não pode mais conviver com os programas que existem hoje. Há um programa que se chama Rio Doce Limpo, que é exatamente o saneamento do Rio Doce e de todos os seus afluentes. E preciso um programa de revitalização de nascentes, de matas em topos de morros, de contenção de enchentes, de recuperação da mata nativa, de cobertura das nossas regiões devastadas, que foram acontecendo ao longo dos últimos 30 anos, para que a nossa região possa se recuperar. Já existem regiões em que não se encontra mais água. Hoje a seca cresce por causa da devastação ambiental. Chamamos a atenção do Estado, da Assembléia Legislativa e do relator para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, que agora vai realizar o seu plano diretor, mas que não é um programa de revitalização. Depois do plano diretor haverá um programa de revitalização, a exemplo do Rio São Francisco, que já tem o seu programa e em que, ano a ano, podem ser alocados recursos do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Cidade e do Estado de Minas Gerais para a sua revitalização.

Nosso abraço ao companheiro e amigo, ex-Deputado e ex-Embaixador Tilden Santiago, e, como me chama a atenção o Deputado João Leite, nosso companheiro também desta Assembléia Legislativa. Cadastramento de usos e usuários de recursos hídricos: essa emenda também ficou prejudicada porque se tornou estadual e era destinada à Bacia hidrográfica do Rio Doce. Por fim, apresentamos emendas ambientais, queremos a ampliação das áreas de vegetação nativa e promoção da conexão entre os fragmentos florestais. E temos o Promata, um projeto estadual. Agora queremos recursos colocados no orçamento para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Encerrando, quero dizer que esse manifesto é de todos os Deputados e de todas as Deputadas da região do Rio Doce, que somam esforços políticos e sociais junto dos Prefeitos, dos Vereadores, das lideranças comunitárias, dos movimentos sociais em luta para fazer a inclusão econômica e social de uma região, para integrar o Vale do Rio Doce ao processo de desenvolvimento de Minas e do Brasil. Temos que integrar o Vale do Rio Doce a um processo de desenvolvimento social, a fim de lhe garantir mais vida e mais dignidade, elevar a cidadania das nossas comunidades, garantir educação de qualidade e, principalmente, oportunidades. O Governo Lula já tem investido em muitos programas e projetos, como o Cefet, como programas das universidades federais, como investimentos no plano de aceleração do crescimento, que só em Valadares somam R\$135.000.000,00, e também em toda a região. Quero registrar que, além dos programas sociais, além dos investimentos do governo federal, chamamos a atenção também do governo de Minas para o nosso Vale do Rio Doce. Esse é o nosso manifesto. Por fim, há uma última emenda que diz respeito não somente ao Vale do Rio Doce, mas também a todos os Municípios de Minas Gerais.

Quero dizer aos Prefeitos e Prefeitas, agentes políticos, secretários municipais e a toda a população de Minas que um projeto nosso entrou na pauta, hoje, neste último dia, em 1º turno, depois de três anos de luta. Ele cria um núcleo estadual de engenharia e arquitetura públicas para contribuir com a elaboração de projetos para prefeitos, equipes municipais, dando assessoramento técnico, ajudando as prefeituras com suas equipes e garantindo aos municípios projetos de qualidade para a captação de recursos estaduais, federais e até mesmo de entidades internacionais. Esse projeto não é de minha autoria. Quero dizer a todos os Deputados que este projeto é de autoria do Crea, dos estudantes dessas áreas, da sociedade, das universidades, das prefeituras e dos representantes de entidades que compareceram às audiências públicas realizadas nesta Casa. Este projeto tornou-se de Minas Gerais, porque beneficiará 853 Municípios, as equipes das Prefeituras, e dará suporte técnico ajudando nos planos de aceleração do crescimento nas áreas de moradia, saneamento ambiental, planejamento urbano e de planos diretores. Contribuirá com o desenvolvimento urbano de nossas cidades e Municípios. Um projeto dessa importância ainda não encontrou eco nesta Casa Legislativa. Sabemos que o governo do Estado pode estruturar, por meio da Sedru, um corpo técnico, em parceria com as universidades públicas e privadas, associações microrregionais, profissionais dessa área e Crea para contribuir com o fortalecimento dos nossos Municípios, das suas equipes e das associações microrregionais. Essa implantação de equipes, por meio do Estado, será fortalecida. Se tantos cargos estão sendo criados nesses últimos projetos que tramitam nesta Casa, por que não se destina parte desses cargos para que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano contribua com esse corpo técnico para assessorar nossos Municípios, dando-lhes condições de captar recursos e garantir qualidade de vida e atendimento às demandas e necessidades da nossa população?

Registro que uma emenda dessa importância foi rejeitada. Nosso projeto de lei veio hoje pela primeira vez a esta Casa Legislativa, depois de três anos de luta, apresentado em 1º turno. Solicitamos ao relator que considere nosso pedido. Não adianta aprovarmos uma lei se depois ela não terá o suporte necessário para sua implementação, porque agora se dará de maneira integrada. Se a lei for aprovada agora, em 1º turno, e no início do ano, em 2º turno, é necessário haver recursos no PPAG e no Orçamento para garantir a implementação do fortalecimento dos nossos Municípios e da equipe técnica em Minas Gerais.

Deixo nosso abraço a Minas, a todos que nos ouviram neste momento, registrando mais uma vez o manifesto do Norte de Minas, Mucuri, Jequitinhonha e, especialmente, do Rio Doce e que, cada vez mais, haja o olhar do Estado e do Governo do Presidente Lula para as nossas regiões. É essa a nossa vontade e será nossa luta permanente. A Bancada do Rio Doce, tão bem representada aqui, já está integrada a essas propostas para melhorar a inclusão social de milhares de trabalhadores do Rio Doce e impedir ou minimizar essa forte imigração. Imigrantes que estão voltando agora, sejam bem-vindos a Governador Valadares, ao Rio Doce, e que a cidade e a região possam oferecer vida digna, possível, trabalho remunerado e cidadania plena a todos e a todas vocês. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, Deputada Elisa Costa, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, senhores e senhoras presentes à discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental, tive a oportunidade de acompanhar várias etapas da discussão do PPAG e, cada vez mais, reconheço o papel fundamental da Assembléia Legislativa na decisão da Mesa, sob a Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho, de interiorização, de descentralização. Fomos às várias regiões de Minas Gerais, onde ouvimos opiniões e sugestões ao PPAG. Sem dúvida, tem sido uma experiência exitosa, que possibilita a participação da população de Minas Gerais no futuro do nosso Estado.

Nosso Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, já saudou o ex-Deputado, Embaixador Tilden Santiago, mas não poderia deixar de manifestar minha alegria em rever o Embaixador, que hoje contribui com Minas Gerais com sua experiência no contato com movimentos sociais e com seu conhecimento técnico; contribui com a Cemig. Por determinação do Presidente Alberto Pinto Coelho, nosso Embaixador acompanhou-nos à visita que fizemos ao Bispo D. Cappio, em Barra, no Sobradinho, a quem tivemos a oportunidade de levar a solidariedade da Assembléia de Minas Gerais. O Embaixador também teve a oportunidade de entrar em contato com D. Luiz Cappio, que lamentavelmente foi hospitalizado. Pudemos constatar a determinação do Bispo em defesa do São Francisco. Pudemos colher sugestões das diversas regiões de

Minas Gerais para o Plano Plurianual de Ação Governamental, ouvindo os movimentos sociais, em companhia do Embaixador Tilden Santiago, ouvindo o clamor dos barraqueiros, da população pobre das margens do São Francisco, que não reconhece que serão efetivamente atendidos nesse projeto do governo federal.

Em Brasília, o Embaixador Tilden Santiago viveu uma situação contrária: estão decidindo sobre o São Francisco sem ouvir a população local. Portanto, é uma alegria recebê-lo aqui e podermos ver o trabalho que V. Exa. vem realizando para o povo de Minas Gerais. Desejamos sucesso nesse importante trabalho que V. Exa. vem desempenhando, contribuindo com a Cemig, e com a discussão com os movimentos sociais. V. Exa. tem muito a dar a nosso povo, a nosso Estado. Muito obrigado por sua presença. Saúdo-o em nome de todos os companheiros e companheiras do Parlamento de Minas Gerais. Bem-vindo, Embaixador.

Dizia da possibilidade de ouvir todas as regiões e falar sobre algo que nos dá alegria, e que a Assembléia Legislativa e o governo de Minas Gerais, inclusive eu, no início de governo, como Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, tive a oportunidade de estar nesta Assembléia, debatendo com os Deputados, acatando uma sugestão desta Casa, que foi o Projeto Estruturador nº 31 - Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas. Essa foi uma determinação do Governador Aécio Neves: discutimos com a Assembléia Legislativa, com a população de Minas, as sugestões, acatando-as, num momento delicado, quando tínhamos praticamente paralisado a transferência dos recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para Minas Gerais. E o governo do Estado acatou aquela sugestão, fazendo aporte de recursos, como vem fazendo, cada vez mais, assumindo, como primeiro Estado da Federação, a determinação NOB 2005, a NOB-Suas, a NOB do Sistema Único de Assistência Social.

O governo de Minas vem aportando recursos para várias ações. Citaria algumas importantes, como a própria implantação do Suas, seu monitoramento e avaliação, em Minas Gerais, o co-financiamento para execução da proteção básica, o co-financiamento do governo do Estado de Proteção Especial do Sistema Único de Assistência Social.

Muitas vezes, ouvimos uma palavra contra a presença do governo do Estado na questão social. E vemos o nosso Secretário Custódio Mattos, o Governador Aécio Neves, trabalhando intensamente em acordo com o governo federal e a determinação do Conselho Nacional da Assistência Social e das conferências de assistência social.

Minas Gerais dá exemplo em relação a essa matéria porque tem acompanhado aquelas determinações, investido, feito aportes significativos de recursos para a assistência social, no co-financiamento, inclusive no fortalecimento dos instrumentos de gestão do Sistema Único de Assistência Social. Portanto, esse é um governo que está efetivamente trabalhando na assistência social, trabalhando com o governo federal, com os governos municipais, tratando da questão da gestão plena da assistência social, dando condições para que os Municípios a efetivem. Nosso reconhecimento ao Secretário Custódio Matos e a toda a sua equipe, que não medem esforços para trabalhar a questão da assistência social no Estado de Minas Gerais.

Gostaria também de tratar de uma outra política, tão fundamental, em que a Assembléia tem dado grande contribuição. Nosso Deputado Ivair Nogueira preside a Frente Parlamentar do Esporte nesta Casa. Talvez não tenhamos, na história do Parlamento mineiro, uma participação tão efetiva das entidades ligadas ao esporte - as federações, as associações, os clubes -, como vemos agora. Temos, permanentemente, a presença das associações, das federações, das entidades, na Assembléia Legislativa, nas convocações feitas pela Frente Parlamentar do Esporte.

Recentemente, tivemos a oportunidade de receber aqui, por intermediação do nosso Deputado Carlin Moura, sempre presente e atuante na Frente Parlamentar do Esporte, a Coordenadora da Frente Parlamentar do Esporte da Câmara dos Deputados, Deputada Federal Manuela d'Ávila. Ela esteve no Salão Nobre desta Casa, ouvindo as sugestões das federações e das entidades de esporte do nosso Estado.

O esporte mineiro tem vigorosas propostas. Algumas foram acatadas pelo relator Deputado Lafayette de Andrada, que entendeu o momento do esporte em Minas Gerais, ou seja, que o esporte mineiro recebe desta Assembléia atenção especial e que a Frente Parlamentar do Esporte trabalha com muito vigor. Queria aqui reconhecer a atenção do relator ao acatar a primeira sugestão da Frente Parlamentar do Esporte, do fórum do esporte, presente nesta Casa, no Programa Estruturador Minas Olímpica e no programa Campos Verdes, que propõe a revitalização dos campos de futebol amador, de forma a melhorar o oferecimento de atividades esportivas de lazer.

Falarei sobre esse programa, mas concedo aparte, com muito prazer, ao Deputado Lafayette de Andrada. Reconheço o seu trabalho e a sua sensibilidade como relator, acatando as sugestões do esporte.

O Sr. Presidente - Deputado João Leite, serei breve. Quero apenas fazer um esclarecimento. As emendas apresentadas por V. Exa., dando apoio ao esporte, sobretudo no Programa Estruturador Minas Olímpica, foram acatadas depois de devidamente discutidas com a equipe de planejamento do governo, que deu sinal verde, vamos dizer assim, para que este relator adiantasse os entendimentos que culminaram com esse acatamento. As emendas só foram acatadas porque o governo percebeu a importância do seu teor, isto é, o fortalecimento dos campos de futebol amador no interior. V. Exa. apresentou emenda sobre a prática de xadrez nas escolas, o que o governo viu com muito bons olhos. V. Exa. apresentou emenda para que as escolas pudessem firmar convênio com clubes e academias, de forma a oferecer cursos de educação física aos alunos. O governo entendeu a sua sensibilidade, por isso a acatou. Da mesma forma ocorreu com o projeto do Centro Olímpico. O governo entendeu que deveria fazer estudos a esse respeito. Este relator consignou no PPAG, porque o governo se sensibilizou com a proposta de V. Exa.

Em suma, quero dizer que todas as propostas acatadas foram fruto de amplo debate com os parlamentares e a equipe técnica e de planejamento do governo. Se hoje o PPAG cresceu com as emendas apresentadas por esta Assembléia, isso se deu porque o governo viu e enxergou a importância de acatá-las, pois tinham, efetivamente, importância social muito grande. Na verdade, o que fizemos não foi mais que a nossa obrigação. Percebemos a sensibilidade de V. Exa. para incentivar o esporte em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Lafayette de Andrada. É importante dizer que a fala de V. Exa., que teve o cuidado de tratar dessas emendas com o governo, demonstra a sensibilidade do Governador Aécio Neves. Um programa como o Campos Verdes possibilita aos campos de futebol amador serem gramados e arborizados.

Antes de terminar, quero dizer que fiquei um pouco preocupado. O Deputado Sebastião Helvécio, estudioso que é, emprestou-me as cópias do PPAG, do Orçamento, e o deixou comigo para que eu tomasse conta. A documentação toda está com o Deputado Lafayette de Andrada. V. Exa. não precisa preocupar-se. Tomei conta de tudo. O programa Campos Verdes demonstra a importância que esta Casa, o governo e as entidades que o propuseram dão à população carente de Minas Gerais. Em muitos de nossos bairros e vilas, o único lazer é aquele campo de futebol de terra, sem grama, levantando aquela poeira. As mulheres assistem aos jogos no sol. Então a idéia é que o governo e a Secretaria de Esportes e da Juventude façam convênio com o IEF para que este utilize até mesmo recursos de multas ambientais para aportar no Campos Verdes; e também com a Copasa, para que ela invista e dê melhores condições de lazer nos finais de semana para a população mineira. Como Secretário de Estado, tive a oportunidade de iniciar o programa Campos de Luz, que já levou iluminação para 500 campos de futebol amador em Minas Gerais, dando oportunidade à população de ter lazer à noite, assim como renda para as famílias no entorno dos campos. Além disso, dando segurança para a população de Minas Gerais, pois cada um desses campos era praticamente 6.000m² escuros à noite, o que trazia insegurança para a sociedade. Quero falar, ainda, do programa de ampliação e reestruturação de espaços esportivos e de atividades físicas, acatado pelo

relator e sugerido pelo fórum do esporte e levado à Comissão de Participação Popular, comandada pelo Deputado André Quintão, que fez as avaliações e o encaminhou. Destaco o incentivo ao desporto e à promoção de atividades físicas e de lazer. Temos várias sugestões do Conselho Regional de Educação Física.

Deputado Alberto Pinto Coelho e demais presentes, no próximo ano, temos uma questão a discutir nesta Casa. Os Deputados médicos, entre eles os aqui presentes Doutor Viana, Sebastião Helvécio, Carlos Mosconi e Rêmoló Aloise, poderão ajudar-nos muito. Os médicos falam que a atividade física apenas uma vez por semana faz muito mal. As nossas crianças têm educação física apenas uma vez por semana. Em 2020, é possível que no Brasil haja um grande número de obesos. Não temos educação física do primeiro ao quarto ano da criança. No ensino fundamental, há uma aula por semana. Levamos nossos jovens a riscos com essa prática. Com a contribuição dos Deputados médicos, temos de tratar dessa questão com cuidado. Por que não quatro vezes por semana? Precisamos tratar já, pois corremos o risco de ter uma epidemia de obesidade em nosso país. Tivemos uma discussão, por solicitação do Deputado Dinis Pinheiro, tratando do diabetes tipo 1. Temos vários jovens nas escolas com diabetes. Para eles, é fundamental alimentação e exercício físico, mas eles têm uma aula por semana de educação física. O Conselho Regional de Educação Física veio a esta Casa discutir sobre esse importante tema. Queria falar também sobre o xadrez na escola, que já foi mencionado pelo relator. Por que ele é tão importante? Já temos crianças da escola pública de Minas Gerais conseguindo títulos nacionais de xadrez. Na semana passada, na Escola Estadual Silviano Brandão, houve uma rodada de xadrez com a participação de aproximadamente 500 jovens. Isso trabalha com a inteligência dos jovens e crianças do nosso Estado. Rapidamente desejo falar também sobre a Ação Sempre Jovem, que é para a nossa melhor idade. Todos nós chegaremos a essa melhor idade, e há a possibilidade de as academias e clubes abrirem suas portas com convênios para que o nosso idoso e a nossa idosa possam utilizar esses espaços. Deputado Rêmoló Aloise, V. Exa. é médico, e trato aqui de uma questão que V. Exa. domina. Rendo-me, neste momento, a V. Exa. que solicita aparte. Gostaria muito de ouvi-lo sobre esse tema que discuto. Por favor, concedo-lhe aparte com muito prazer. Estou ansioso por ouvi-lo.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Nobre Deputado João Leite, neste momento que estou ouvindo V. Exa., vejo sua preocupação com que os jovens tenham espaço maior a fim de praticar educação física e, com essa prática, evitar uma série de patologias, principalmente a obesidade. Essa questão, na maioria das vezes, não se instala na idade dos jovens. Quanto à questão do diabetes, temos, sim - e o Doutor Viana sabe disso, porque é pediatra -, uma incidência mínima - e esta é uma questão congênita -, e a ginástica também não soma em nada para que o jovem portador de diabetes que seja praticante de exercícios não venha a ter esse problema mencionado por V. Exa. O Deputado Antônio Andrada, por ser uma pessoa de espírito muito aguçado, me fez uma indagação sobre a tartaruga, que vive 300 anos e não faz nenhuma ginástica, praticamente. Lembro a V. Exa. que quem sabe também nós possamos levar essa simbologia da tartaruga para fazer ginástica junto às crianças, divertindo e dando um incentivo maior. Quem sabe podemos aumentar a idade dos jovens e obesos, espelhando-nos na tartaruga, pela qual temos o maior respeito. Muito obrigado, e lamento que a Casa esteja vazia e não escute o brilhantismo das suas palavras e o conhecimento que V. Exa. tem demonstrado neste Plenário, ocupando o tempo que lhe falta, assim que o Presidente reabrir esta sessão, às 14 horas. Ficaria muito simpático.

O Deputado João Leite* - Muito obrigado, Deputado Rêmoló Aloise. Quero apenas discutir um pouco essa teoria da tartaruga. Ao carregar um casco com aquele peso, não me parece que ela não faça exercício. É muito exercício, e, quando viram a tartaruga e ela precisa retomar sua posição correta, ela faz, então, mais exercício. Parece-me que ela é um dos animais que mais se exercita, como todos os outros e também o homem. Lembro-me especialmente, Deputado Rêmoló Aloise, que tínhamos este Plenário cheio e repleto, na segunda-feira, de crianças, mães e jovens portadores do diabetes 1. Muitos, na escola, não têm alimentação adequada para atender suas necessidades específicas. Também estava aqui o Presidente da associação que falava sobre a falta que a educação física e os exercícios fazem a essas crianças. Mas, especialmente, há a carência de muitas delas, e a impossibilidade de comprar os produtos "diet" que podem consumir, pois são muito caros. Esse é outro tema que queremos discutir. Não foi possível agora, mas temos de pensar em maneiras para que as crianças que dependem dessa alimentação especial, e que são pobres, tenham acesso aos produtos "diet". Vimos estudos recentes, que acompanho com atenção, dizendo que as crianças obesas têm grande possibilidade de continuarem obesas no futuro, assim como o jovem obeso. Esse é um tema que me interessa e que acompanho. Sigo nesse passo para falar sobre a academia na escola. Temos 4 mil academias de ginástica no Estado de Minas Gerais. Essa emenda do Deputado Lafayette de Andrada diz sobre a possibilidade de o governo do Estado realizar convênios com essas academias. Crianças com problemas de bronquite, e que precisam utilizar a piscina, poderão utilizá-la nas academias e nos clubes. Também crianças e jovens portadores de deficiência poderão utilizar os espaços dessas academias.

Na questão do esporte, quero falar sobre o Centro Olímpico e Paraolímpico do Horto. Quando era Secretário de Desenvolvimento Social, tivemos oportunidade de desfazer as duas últimas unidades da Febem, que foi extinta neste Plenário em 1995 com uma votação feita na Assembléia Legislativa. As unidades do Horto e de Bom Despacho foram desativadas. No Horto, tivemos mais de 100 crianças. Com a presença do Governador Aécio Neves, por meio de um decreto de sua autoria, o Horto foi destinado à construção do Centro Olímpico e Paraolímpico para o treinamento de atletas em Minas Gerais, com a construção de ginásios para as federações de esporte de Minas Gerais e de uma pista de atletismo para os atletas da Federação de Atletismo de Minas Gerais. A nossa expectativa é que os estudos sejam ultimados e que o Centro Olímpico e Paraolímpico do Horto seja construído.

Para encerrar, quero falar sobre duas ações importantes que constam no PPAG. A Ação nº 1.058 diz sobre a criação e a implantação de áreas protegidas. Interessam-me muito os recursos aportados nessa ação e também na Ação nº 4.060, que trata do fortalecimento da gestão da unidade de conservação. Falo isso porque o governo do Estado, por meio de uma lei desta Assembléia Legislativa, de autoria da ex-Deputada Lúcia Pacífico, criou a Estação Ecológica do Cercadinho, uma unidade de conservação. Essa estação ecológica abrange também uma área de recarga que está acima da mata do Cercadinho, do manancial do Cercadinho. Essa área de recarga é muito importante porque, com a infiltração das águas de chuva, faz a recarga do manancial do Cercadinho. Essa concavidade recentemente foi fruto de uma grande disputa, porque já havia um licenciamento por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, do Comam, para a construção de 12 torres de apartamentos, aproximadamente 800 apartamentos. A idéia era jogar 130 caminhões nessa concavidade para aterrará-la, e construir essas torres de apartamentos. Com a criação da Estação Ecológica do Cercadinho, tornou-se impossível fazer isso.

Minha intenção é justamente apelar para que o governo do Estado utilize recursos das Ações nºs 1.058 e 4.060.

Tenho em mãos os documentos do X Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, análises sobre a importância do Cercadinho e uma fala da Copasa no Fórum das Águas, ao referir-se às antigas áreas de preservação da empresa na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tais como Fechos, Mutuca e Cercadinho. Vejam que o manancial do Cercadinho foi citado entre as APAs.

Diz a Copasa: "A Copasa herdou áreas dos mananciais relativamente bem protegidas e tem-se esforçado para dar continuidade a esse trabalho. A Copasa tem consciência da fragilidade desses mananciais e não poupa esforços para preservá-los".

A Copasa diz também que "participa ativamente dos comitês de bacias hidrográficas e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, além de ser parceira do IEF na gestão integrada do Parque do Rola-Moça e da Estação Ecológica do Cercadinho, em Belo Horizonte".

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o sonho da região sul de Belo Horizonte é preservar o corredor ecológico a partir da Serra do Curral, pegando a mata do Cercadinho e a Serra do Rola-Moça. Essa preservação é o sonho de todos.

Diz o "site" da Copasa: "A especulação imobiliária que ameaça a preservação da mata do Cercadinho está com os dias contados. A área poderá ser transformada em parque ecológico com o apoio da Copasa, que é responsável pela mata desde 1982. Para isso, está sendo preparado, por iniciativa da Deputada Estadual Lúcia Pacífico e apoio da Copasa, um projeto de lei que cria um parque ecológico na região. Lá, a captação da água é feita superficialmente e, em cinco poços existentes, há uma vazão de 180 litros por segundo, suficientes para abastecer cerca de 70 mil

pessoas".

Por isso, naquele dia pronunciamos uma fala indignada com a nova postura da Copasa no documento enviado à Assembléia Legislativa.

Vale também citar um trabalho muito cuidadoso feito pelo professor titular do Instituto de Geociências da UFMG, Adelbani Braz da Silva. Ele fala da utilização de água subterrânea para abastecimento público. (- Lê:)

"A água subterrânea vem sendo priorizada em todo o mundo, tendo em vista os baixos custos de captação, adução e tratamento. Essas águas não necessitam de tratamento químico, não precisam ser aduzidas de grandes distâncias.

A exploração das águas subterrâneas no território municipal de Belo Horizonte vem, desde a fundação da cidade, pela captação das abundantes águas de fontes naturais que existiam e de poços rasos de construção manual, que captavam o lençol freático.

Com o crescimento da cidade e a ocupação das áreas de recarga dos aquíferos, com a impermeabilização da superfície dos terrenos e com as drenagens artificiais realizadas por intervenções antrópicas, várias dessas nascentes foram escuradas ou soterradas", da mesma forma como queria a Prefeitura de Belo Horizonte e como iria permitir o Comam, em Belo Horizonte, o soterramento da área de recarga do Cercadinho.

O Prof. Adelbani fala da formação do Cercadinho, com quartzitos ferruginosos intercalados com filitos prateados. E ele diz que, no Município de Belo Horizonte, ocorre, com maior expressão, as formações Cercadinho, Fecho do Funil, águas subterrâneas, aquíferos. No modelo hidrogeológico, no Supergrupo Minas, na porção Sul do Município, está Cercadinho. Por isso a importância de preservação da recarga do Cercadinho. Lamentamos essa carta. A Copasa desmente tudo que escreveu anteriormente sobre a importância do Cercadinho. Estamos muito interessados na Ação nº 1.058, que trata da criação e implantação de áreas protegidas. Essa é uma área importantíssima, e ela precisa ser protegida. Também há a Ação nº 4.060, que trata do fortalecimento da gestão das unidades de conservação.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Quero, nesta oportunidade, ao apartear-lo, recapitular algumas coisas. Quando cheguei a esta Casa, tive o prazer de conviver com V. Exa., que sempre admirei. Não posso negar que V. Exa. já me passou muita contrariedade nos jogos contra meu querido e glorioso Cruzeiro e já me fez sofrer algumas vezes. Além do atleta que V. Exa. sempre foi, minha admiração cresceu ao conhecer o homem público que é. Tive o privilégio de conhecer o João Leite, que já havia sido testado em sua sensibilidade e em seu espírito no Parlamento. Exercendo uma função no Executivo, também foi testado, quando Secretário de Desenvolvimento Social. Ainda pude ter o privilégio de estar ao lado do Deputado João Leite em visitas a instituições e ao provocar transformações profundas. Lembro-me de quando fomos a Bom Despacho. Lá pude sentir, nos seus olhos e nas suas atitudes, o ser humano que não se dissociava do profissional. O profissional competente estava ali a serviço do povo mineiro, mas o espírito humano verificava o que deveria ser uma instituição de defesa de pessoas portadoras de deficiência mental, constituída de crianças e adolescentes. A antiga Febem de Bom Despacho havia se transformado em verdadeiro depósito de seres humanos, em que pese ao esforço dos que trabalhavam ali, em que pese ao esforço de superar as dificuldades com poucos recursos. O modelo que estava implantado era desumano. V. Exa. implantou um outro modelo, fortaleceu o modelo casa-lar. Só quem consegue aliar competência e seriedade administrativa à sensibilidade humana para tratar de questões sociais tem brilhantes resultados.

Recapitulei isso para chegar ao tempo presente, quando V. Exa. trabalha para dar a esta Casa, de forma permanente, uma contribuição exemplar, seja na Comissão de Participação Popular, ouvindo as entidades sociais, canalizando seus anseios, trazendo para um debate claro a necessidade de mais investimentos no campo social, como também acompanhando as questões do campo ambiental, sobre o qual se manifesta nessa fase do seu pronunciamento.

Para minha felicidade, estou sempre com V. Exa. Quando conheço o assunto, percebo que temos uma afinidade; quando não o conheço, não tenho constrangimento em seguir sua liderança, porque confio em V. Exa., pois sei com que responsabilidade trata das questões públicas, tanto no campo social quanto nas questões administrativas que envolvem meio ambiente, saúde. Está nesta Casa participando da frente parlamentar de apoio à saúde, buscando ampliar os recursos da saúde pública, aliado que é do nosso Secretário Marcus Pestana, como também atuando nas questões que envolvem o esporte. O Fundo de Defesa do Esporte é iniciativa de V. Exa.

No ano passado, fui relator do Orçamento e constatei que V. Exa. foi autor de diversas emendas, ampliando o orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social, que deu origem à Secretaria de Esporte e da Juventude.

Estamos chegando ao final do ano com saldos muito positivos. Agora caminhamos para votar o PPAG, o Orçamento e outros projetos importantes, mas, sem a contribuição de V. Exa., não chegaríamos com a lucidez, com os avanços que o Parlamento mineiro está possibilitando ao governo do Estado. De modo especial, sua participação à frente da Comissão de Participação Popular, como membro efetivo por mais de uma vez, e sua atuação em todas as ações empreendidas por esta Casa são o testemunho maior de seu trabalho nesta Casa. A minha fala é apenas uma repercussão disso, a fim de fazer justiça e cumprimentá-lo. Estarei com V. Exa. na defesa dessa causa ambiental nesta Casa e na execução do Orçamento no próximo ano. Parabéns e obrigado pelo aparte.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Domingos Sávio, meu Líder, sempre generoso, proferindo palavras que me emocionam. V. Exa. me fez lembrar daquela quase noite em que chegamos àquela fazenda em Bom Despacho, onde vimos 91 pessoas portadoras de sofrimento mental. Ali mesmo decidimos extinguir aquele modelo e adotar um novo. O PSDB adotou esse novo modelo em Minas Gerais.

Com muita alegria, lembro-me de um companheiro que tem contribuído muito para a assistência social do País. Estou-me referindo ao Eduardo Barbosa, Secretário de Trabalho e Assistência Social, que adotou o modelo das casas-lares. Conseguimos a curatela daqueles homens que estavam lá em Bom Despacho. Muitos foram transferidos para casas-lares, outros foram devolvidos a suas famílias, mas numa situação diferente, porque gozavam do direito ao benefício de prestação continuada, ou seja, o direito de receber um salário mínimo previsto pela Constituição e pela Lei Orgânica da Assistência Social.

Dois fatos que encontramos lá sempre me fazem defender com todas as forças o Estatuto da Criança e do Adolescente: um senhor estava ali há 50 anos. Com 8 anos de idade disparou uma arma contra um primo. Na época, a sua destino foi aquela fazenda, onde permaneceu durante 50 anos. Quando o encontramos, percebemos que era portador de sofrimento mental.

O segundo caso foi o de um homem surdo-mudo, que foi apreendido em uma de nossas cidades. Como não sabia ler nem escrever, foi levado para aquela fazenda, onde permaneceu durante quase 50 anos, até encontrar-se conosco ali, naquela quase noite.

Hoje esses homens estão vivendo de maneira digna em outros lugares. Lembro-me do papel do nosso partido, dos companheiros, da ação do PSDB na assistência social, ouvindo os movimentos sociais. Lembro-me também da atuação muito firme do governo do Estado na questão ambiental, por meio dessa pessoa que merece reconhecimento, tem reconhecimento internacional, ou seja, o nosso Secretário José Carlos Carvalho. O Governador Aécio Neves tem-se dedicado a essa área, está sempre atento. Sancionou a lei que tem preservado e garantido o manancial do Cercadinho. O Governador Aécio Neves, que tem-se dedicado e está permanentemente atento a essa questão, sancionou a lei que tem preservado e garantido o manancial do Cercadinho. Conhecemos todo o interesse que há em relação ao Vetor Sul de Belo Horizonte.

Deputado Domingos Sávio, é importante dizer que as associações da região sul de Belo Horizonte reuniram-se com os representantes da Prefeitura de Nova Lima e com alguns Deputados Federais, que apresentaram emenda para a construção de uma alça de trevo no local.

As associações são favoráveis a isso. Eu também sou favorável à melhora do trânsito naquele local. Somos favoráveis a isso, mas não a aterrar uma área de recarga e à construção de 800 apartamentos no local, pois desejamos a preservação do manancial. Lutaremos com tudo para que isso aconteça, como o Governador Aécio Neves fez. Ele preservou aquela área e impediu a construção dos 800 apartamentos e o aterramento daquela concavidade tão importante para a recarga do manancial do Cercadinho.

Estaremos atentos, mas a minha palavra é de agradecimento ao nobre relator, Deputado Lafayette de Andrada, que não acatou a sugestão deste Deputado, mas acatou a dos movimentos ligados ao esporte, como o Fórum do Esporte e a Frente Parlamentar do Esporte.

Agradeço ao Deputado André Quintão, tão sensível à questão do esporte, que é tão importante e muitas vezes tão esquecida. Dizemos que este é o país do futebol e do esporte, mas ele precisa receber a atenção que esta Casa lhe deu quando aprovou a Lei de Incentivo ao Esporte, de nossa autoria, que permite que tenhamos o aporte de R\$25.000.000,00 no próximo ano, mais do que o orçamento da Secretaria de Esporte e Juventude.

Encerro agradecendo o tempo a mim concedido, os apertes e as contribuições que me ofereceram na discussão desse projeto tão importante. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Esgotada a hora destinada a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, e para a solene na mesma data, logo após a apreciação do Projeto de Lei nº 1.616/2007, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 92ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/12/2007

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.616/2007; discurso do Deputado Weliton Prado; questões de ordem; discurso do Deputado Weliton Prado; questão de ordem; encerramento da discussão; requerimentos dos Deputados Luiz Humberto Carneiro e Sebastião Helvécio e da Deputada Elisa Costa; deferimento; requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação; votação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaques; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 3, 4, 60, 103, 168 a 170, 231, 239, 266, 284, 345, 366, 373, 374, 378, 417, 426, 434, 477, 488, 517, 520, 524 a 526, 578, 589, 637, 638, 640 a 642, 645, 696, 712, 716, 717, 720, 721, 725 a 727, 730, 731, 733, 734, 736, 738, 742, 744, 747 e 751; votação das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques; rejeição; votação da Emenda nº 68; aprovação; votação da Emenda nº 571; rejeição; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; votação da Emenda nº 572; rejeição; votação da Emenda nº 582; discurso do Deputado Dinis Pinheiro; aprovação; questões de ordem; votação da Emenda nº 635; rejeição; votação das Emendas nºs 133 a 156, 171 a 218, 491 a 493 e 559 a 561; rejeição; declarações de voto - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 34/2007 e dos Projetos de Lei nºs 18, 27, 30, 56, 73, 408, 598, 641, 700, 755, 817, 885, 1.116, 1.377, 1.584, 1.598, 1.599, 1.600, 1.601, 1.602, 1.603, 1.615, 1.676, 1.745, 1.760, 1.770, 1.786, 1.805, 1.854, 1.876, 1.879 e 1.616/2007; aprovação; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduça Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Célio Moreira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 598, 755, 1.584, 1.676 e 1.879, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã, e o Projeto de Lei Complementar nº 34/2007 e os Projetos de Lei nºs 18, 27, 30, 32, 34, 56, 73, 389, 641, 700, 817, 885, 896, 1.046, 1.116, 1.377, 1.745, 1.770, 1.786, 1.805, 1.854 e 1.876, apreciados na reunião ordinária realizada hoje, à tarde.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Proseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.616/2007, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2008. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 10 a 18, 25 a 31, 33 a 37, 75 a 101, 104 a 115, 117 a 123, 126 a 132, 157 a 167, 229, 230, 241 a 265, 267 a 269, 271 a 283, 285 a 290, 343, 344, 346 a 356, 359 a 365, 367 a 372, 375 a 377, 379, 380, 387 a 397, 401, 402, 406 a 412, 414 a 416, 419 a 425, 427 a 433, 435, 438 a 443, 476, 478 a 487, 490, 495 a 516, 518, 519, 521 a 523, 527 a 535, 540 a 548, 585 a 588, 602, 604 a 627, 630 a 632, 636, 639, 646 a 653, 668, 678, 691 a 693, 695, 703, 754 e 755, apresentadas por parlamentares; as Emendas nºs 704 a 706, 710, 719, 722, 735 e 743, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; as Emendas nºs 760 a 807, apresentadas neste parecer; a Subemenda nº 1 às Emendas nºs 3, 60, 168, 170, 239, 517, 520, 524 a 526, 578, 589, 637, 638, 640 a 642, 696, 712, 716, 717, 720, 721, 725 a 727, 730, 731, 733, 734, 736, 738, 742, 744, 747 e 751; as Subemendas nºs 1 e 2 às Emendas nºs 4, 169, 231, 266, 284, 345, 366, 373, 374, 378, 417, 426, 434, 477, 488 e 645; e as Subemendas nºs 1, 2 e 3 à Emenda nº 103; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 5 a 9, 19 a 24, 32, 38 a 59, 61 a 74, 102, 116, 124, 125, 133 a 156, 171 a 228, 232 a 238, 240, 270, 291 a 342, 357, 358, 381 a 386, 398 a 400, 403 a 405, 413, 418, 436, 437, 444 a 475, 489, 491 a 494, 536 a 539, 549 a 577, 579 a 584, 590 a 601, 603, 628, 629, 633 a 635, 643, 644, 654 a 667, 669 a 677, 679 a 690, 694, 697 a 702, 707 a 709, 711, 713 a 715, 718, 723, 724, 728, 729, 732, 737, 739 a 741, 745, 746, 748 a 750, 752, 753, 756 a 759. A Emenda nº 1 não possui objeto. As Emendas nºs 240, 270, 413, 412 e 603 foram retiradas pelos autores. Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente, prometo que vou concluir o mais rápido possível, para finalizar esse estudo feito pela Comissão de Assuntos Municipais, em respeito a todos os Municípios mineiros, em respeito a todos os Prefeitos que nos enviaram correspondência. Acho que fazemos jus a essa publicação, a esse esclarecimento à população mineira.

Apresentamos emendas de investimentos no Triângulo Mineiro. Apresentamos emendas para Araguari para a construção de um prédio de 16 salas de aula, para a construção de um prédio escolar, para a revitalização da estação ferroviária, para a melhoria do aeroporto, para o projeto de implementação do distrito industrial e para a construção da sede do Ministério Público; para Canápolis, para a instalação de tela para a segurança da cadeia; para a cidade de Fronteira, para a construção da edificação do posto fiscal; para Frutal, para a construção do "campus" da Uemg e para a construção do Viaduto da Cruzeta; para Ituiutaba, para a ampliação do "campus" da Uemg.

Apresentamos emenda para Uberaba: reforma do prédio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; instalação da delegacia fiscal; prédio da Região Integrada da Segurança Pública; adequação física do Hemocentro-Hemominas; projeto de implementação do distrito industrial.

Para Uberlândia: obra na Capela Divino Espírito Santo; projeto de restauração da Capela Divino Espírito Santo; adaptação da Delegacia Fiscal; reforma geral da Agência Fiscal; a complementação do estande de tiro da Polícia Militar; projeto de implantação do distrito industrial; reforma do telhado e pintura do centro; construção da sede do Ministério Público. Para a cidade de União de Minas: recuperação de estradas turísticas. Há emendas para diversos Municípios. Para Araxá: recuperação de estradas turísticas e vicinais; projeto de implantação do distrito industrial; complementação de infra-estrutura do Grande Hotel; melhoria da Expominas Araxá. Para Patos de Minas: reforma e instalação dos escritórios da Ruralminas; construção de abrigo de lixo. Para Patrocínio: reforma e ampliação do Fórum. Enfim, foram essas as emendas que apresentamos ao Orçamento do Estado.

O Deputado Célio Moreira* - Um aparte, nobre Deputado.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de agradecer a todos os Deputados e Deputadas desta Casa. Peço desculpas pela indelicadeza, mas não concederei aparte a V. Exa., Deputado Célio Moreira, porque já estou finalizando a minha fala.

O Deputado Célio Moreira* - V. Exa. tem 41 minutos ainda.

O Deputado Weliton Prado* - Já vou terminar. V. Exa. pode até se inscrever para discutir o projeto. Quero agradecer a todos os colegas, a todos os servidores desta Casa e, de forma muito especial, a todos os colegas e a todas as colegas da Taquigrafia, que, com muita paciência, traduzem todas as nossas falas, feitas no Plenário desta Casa.

Convoco toda a população de Minas para continuar firme com a campanha pela redução da tarifa de energia elétrica da Cemig. A revisão tarifária será em abril do próximo ano. Continuaremos colhendo assinaturas, para o que pedimos o apoio de todas as pessoas: Vereadores, entidades etc. Precisamos colher o máximo de assinaturas possível, as quais serão levadas para a Aneel.

Acamparemos em frente da Aneel. Usaremos todos os instrumentos de pressão possíveis para garantir redução significativa do valor da conta de luz. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Questões de Ordem

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Sr. Presidente. Queria fazer uma observação. Há pouco, o Deputado Weliton Prado fez uso da tribuna, e ele ainda tinha 41 minutos. Acredito que não gastarei aqui 3 minutos. Vi a relação de emendas apresentadas pelo Deputado Weliton Prado, por isso queria perguntar a ele se tem noção de qual o valor dessas emendas para saber se o Orçamento de Minas Gerais o atenderia. Acredito que ele leu emendas para as 853 cidades, salvo engano. Parece que as leu apenas para que saísse no "Minas Gerais". Algumas estão sendo atendidas. Deixo registrado que o Governador Aécio Neves destina 10% do Orçamento para obras como construção de hospitais, de escolas, de pontes, de cadeias, assim como para reformas. Queria saber se o Deputado Weliton Prado sabe o valor de suas emendas porque, pelo que percebi, para aprovar essas propostas, não sei se o Orçamento do Estado, que é de R\$35.000.000.000,00, o atenderia.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, apenas quero corrigir o nome da cidade próxima a Ipanema e Pocrane: é Taparuba o seu nome. Na Assembléia Legislativa de Minas, devemos falar o nome correto das nossas cidades. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Solicito a palavra pelo art. 164, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Serei muito breve, mas muito breve. Apenas gostaria de dizer ao Deputado Célio Moreira que, como parlamentares, temos a atribuição de fazer modificações no Orçamento. O que apresentamos, aliás, é um estudo que servirá para o governo do Estado de Minas Gerais saber quais são as prioridades e as reivindicações do conjunto dos Municípios mineiros.

Todas as emendas que apresentamos são reivindicações oficiais, repassadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e pelos Vereadores, os representantes do Legislativo de cada Município. Portanto, servirá como instrumento para que o governo do Estado possa garantir as prioridades. Não estou querendo dizer que serão atendidas. Infelizmente, as emendas foram rejeitadas. Mesmo assim, fiz alguns destaques. Se eu quisesse encaminhar todos os destaques, aliás, ficaríamos aqui discutindo durante 40 horas.

Então, vamos fazer gestões junto ao governo do Estado com todas essas sugestões e reivindicações do conjunto dos Municípios mineiros para vermos, dentro do possível, o que o governo poderá atender. Se não o fizer no ano que vem, que o faça em 2009 ou em 2010. Mas essa é a prioridade de cada Município mineiro. É um levantamento, um trabalho sério feito pela Comissão de Assuntos Municipais, que servirá de instrumento para que o governo do Estado conheça mais a realidade de cada Município mineiro.

Questão de Ordem

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, depois, quando fizer declaração de voto, responderei e falarei da responsabilidade e do conhecimento que o Governador Aécio Neves tem pelos 853 Municípios, suas necessidades e suas carências. E, dentro do possível, irá executar e, acredito, atenderá aos pedidos dos parlamentares. Mas, durante a declaração de voto, responderei.

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, solicitando a votação destacada da Emenda nº 582. A Presidência defere o requerimento, em conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, solicitando a votação destacada da Emenda nº 635. A Presidência defere o requerimento, em conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento da Deputada Elisa Costa, solicitando a votação destacada das Emendas nºs 68, 133 a 156, 171 a 218, 491 a 493, 559 a 561, 571 e 572. A Presidência defere o requerimento, em conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a votação em bloco das Emendas nºs 133 a 156, 171 a 218, 491 a 493 e 559 a 561. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 10 a 18, 25 a 31, 33 a 37, 75 a 101, 104 a 115, 117 a 123, 126 a 132, 157 a 167, 229, 230, 241 a 265, 267 a 269, 271 a 283, 285 a 290, 343, 344, 346 a 356, 359 a 365, 367 a 372, 375 a 377, 379, 380, 387 a 397, 401, 402, 406 a 412, 414 a 416, 419 a 425, 427 a 433, 435, 438 a 443, 476, 478 a 487, 490, 495 a 516, 518, 519, 521 a 523, 527 a 535, 540 a 548, 585 a 588, 602, 604 a 627, 630 a 632, 636, 639, 646 a 653, 668, 678, 691 a 693, 695, 703, 754 e 755, 704 a 706, 710, 719, 722, 735, 743, 760 a 807, as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 3, 60, 168, 170, 239, 517, 520, 524 a 526, 578, 589, 637, 638, 640 a 642, 696, 712, 716, 717, 720, 721, 725 a 727, 730, 731, 733, 734, 736, 738, 742, 744, 747 e 751, as Subemendas nºs 1 e 2 às Emendas nºs 4, 169, 231, 266, 284, 345, 366, 373, 374, 378, 417, 426, 434, 477, 488 e 645 e as Subemendas nºs 1, 2 e 3 à Emenda nº 103. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das respectivas subemendas, ficam prejudicadas as Emendas nºs 3, 4, 60, 103, 168 a 170, 231, 239, 266, 284, 345, 366, 373, 374, 378, 417, 426, 434, 477, 488, 517, 520, 524 a 526, 578, 589, 637, 638, 640 a 642, 645, 696, 712, 716, 717, 720, 721, 725 a 727, 730, 731, 733, 734, 736, 738, 742, 744, 747 e 751. Em votação, as Emendas nºs 2, 5 a 9, 19 a 24, 32, 38 a 59, 61 a 67, 69 a 74, 102, 116, 124, 125, 133 a 156, 171 a 228, 232 a 238, 240, 270, 291 a 342, 357, 358, 381 a 386, 398 a 400, 403 a 405, 413, 418, 436, 437, 444 a 475, 489, 491 a 494, 536 a 539, 549 a 577, 579 a 581, 583, 584, 590 a 601, 603, 628, 629, 633, 634, 643, 644, 654 a 667, 669 a 677, 679 a 690, 694, 697 a 702, 707 a 709, 711, 713 a 715, 718, 723, 724, 728, 729, 732, 737, 739 a 741, 745, 746, 748 a 750, 752, 753 e 756 a 759, salvo destaques. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Em votação, a Emenda nº 68. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 571. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito a suspensão da reunião.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Em votação, a Emenda nº 572. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Votação da Emenda nº 582. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Dinis Pinheiro.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o assunto é de extrema relevância. Tive, nesta Casa, a oportunidade de fazer duas reuniões memoráveis: uma na Comissão de Saúde, sob a Presidência do grande Líder Deputado Carlos Mosconi, e outra posterior, sob a Presidência do Deputado Carlin Moura.

Pudemos, nessas oportunidades, debater esse tema tão importante e tão grave, que é a diabetes. Na última reunião, com a participação e posterior coordenação da ilustre Deputada Maria Lúcia Mendonça, identificamos alguns problemas no atendimento às crianças portadoras de diabetes tipo 1 e às pessoas portadoras de diabetes tipo 2.

A criança portadora da diabetes tipo 1 tem uma vida muito difícil, muito penosa, com muitos obstáculos. Precisa diariamente de insulina; deve ter alimentação adequada e controlada; precisa de atividade regular; enfim, tem de se adequar e se adaptar a padrões extremamente rigorosos.

Os Deputados Délio Malheiros, João Leite, Célio Moreira e tantos outros vimos que, atualmente, o Estado atende a essas pessoas pobres e carentes com apenas duas fitas para dosagem de glicose por dia. Essas fitas são imprescindíveis para que as pessoas portadoras do diabetes tipo 1 e tipo 2 possam medir sua glicose. Se não tiverem acesso a essas fitas, correm seriíssimo risco de entrarem em coma, de serem

internadas e até mesmo de perderem a vida. É uma questão vital.

Tive a oportunidade de ter uma conversa fraterna com nosso Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, e também com o nosso grande Presidente da Comissão de Fiscalização, Deputado Zé Maia. Expliquei, detalhei e relatei, com muito cuidado, essa atenção que o Estado deve conceder às pessoas portadoras do diabetes. Eles foram sensíveis à questão. Esse cenário já era esperado até mesmo pela grandeza e pelas virtudes que sempre nortearam esses dois grandes parlamentares.

Num primeiro momento, existia a opinião pela rejeição dessa emenda, mas conversamos com os Deputados Mauri Torres e Zé Maia, e também com outros Deputados e Deputadas. Então, venho aqui demonstrar para cada um de vocês a importância de o Estado fazer esse atendimento. É questão de humanidade, de bondade e de generosidade. As pessoas pobres precisam sobremaneira desse atendimento, dessas fitas. Assim sendo, Sr. Presidente, faço o encaminhamento e solicito que todo o Plenário desta Casa, os Deputados e as Deputadas, aprove essa emenda. Dessa forma teremos oportunidade de atender milhares e milhares de pessoas que sofrem dessa grave doença. Conto com o apoio e com a solidariedade que sempre nortearam as ações desses Deputados e Deputadas que aqui se encontram. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 582. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Votação da Emenda nº 635.

Questões de Ordem

O Deputado Sebastião Helvécio - Solicito a retirada do pedido de destaque dessa emenda.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, solicito a retirada do pedido de votação destacada das emendas, por meio da nossa Líder.

O Sr. Presidente - Temos uma questão regimental. Não há mais como retirar o pedido de destaque das emendas, porque já houve a votação do projeto e das emendas e subemendas, salvo destaques. Portanto, mesmo com a solicitação, teremos de manter os destaques e fazer a votação das emendas destacadas, caso contrário ficarão sem apreciação.

Em votação, a Emenda nº 635. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, as Emendas nºs 133 a 156, 171 a 218, 491 a 493 e 559 a 561. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.616/2007 com as Emendas nºs 10 a 18, 25 a 31, 33 a 37, 68, 75 a 101, 104 a 115, 117 a 123, 126 a 132, 157 a 167, 229, 230, 241 a 265, 267 a 269, 271 a 283, 285 a 290, 343, 344, 346 a 356, 359 a 365, 367 a 372, 375 a 377, 379, 380, 387 a 397, 401, 402, 406 a 412, 414 a 416, 419 a 425, 427 a 433, 435, 438 a 443, 476, 478 a 487, 490, 495 a 516, 518, 519, 521 a 523, 527 a 535, 540 a 548, 582, 585 a 588, 602, 604 a 627, 630 a 632, 636, 639, 646 a 653, 668, 678, 691 a 693, 695, 703 a 706, 710, 719, 722, 735, 743, 754, 755 e 760 a 807, com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 3, 60, 168, 170, 239, 517, 520, 524 a 526, 578, 589, 637, 638, 640 a 642, 696, 712, 716, 717, 720, 721, 725 a 727, 730, 731, 733, 734, 736, 738, 742, 744, 747 e 751, com as Subemendas nºs 1 e 2 às Emendas nºs 4, 169, 231, 266, 284, 345, 366, 373, 374, 378, 417, 426, 434, 477, 488 e 645 e com as Subemendas nºs 1, 2 e 3 à Emenda nº 103. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, acabamos de aprovar um importante orçamento para o Estado de Minas Gerais. São quase R\$36.000.000.000,00 incluídos no Orçamento. É um dos recordes, fruto de um bom momento pelo qual a economia brasileira passa hoje. O Brasil retomou o caminho do seu desenvolvimento econômico. No último levantamento feito pelo Banco Mundial, já nos tornamos a 6ª economia mundial, fruto da política acertada do Presidente Lula e que Minas Gerais colhe hoje. Esperamos que essa arrecadação de Minas, que esse orçamento grandioso, que tem também o suor do trabalhador, porque a carga tributária deste Estado ainda recai muito sobre ele, reverta em seu benefício. Esperamos que, em 2008, essa belíssima arrecadação possa reverter para o povo sofrido do nosso Estado em melhoria para a escola pública, para o desenvolvimento regional e para a inclusão social. Esse é o nosso desejo. Entendemos que, no ano de 2007, esta Casa Legislativa cumpriu o seu papel. Queremos aproveitar a oportunidade para desejar a todas as famílias mineiras, a todo o povo de Minas Gerais, a todos os seus trabalhadores um feliz Natal e um próspero ano-novo. Desejamos o mesmo também aos nossos colegas parlamentares, que, arduamente, trabalharam em prol do nosso povo. Aos nossos servidores da Assembléia Legislativa, desejamos que Deus os ilumine e lhes dê muita paz. Esperamos, em 2008, voltar para cá para fazer a tão sonhada justiça social, o tão sonhado choque de inclusão, que é o que o povo de Minas espera, a fim de que nossas crianças não morram de fome, não sejam jogadas na marginalidade. Assim, esperamos que Minas Gerais possa realmente usufruir do suor do seu trabalho com esse orçamento grandioso. Aproveite a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que acabei de receber um telefonema da minha querida cidade de Virgolândia, em que tive a notícia da eleição do nosso querido Vereador Joa para Presidente da Câmara de Vereadores da cidade. Assim o parabênico, com toda a chapa vitoriosa. Deixo-lhes o recado de que sempre estarei aqui, atento, na defesa da cidade. A todo o povo de Minas Gerais, de Belo Horizonte, de Contagem e de Betim, um feliz Natal e um próspero ano-novo. Muito obrigado e até 2008.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia, gostaríamos de usar a palavra brevemente, para nos dirigir ao povo de Minas Gerais e dizer que estamos encerrando os nossos trabalhos no ano de 2007. Aproveite a oportunidade para agradecer a cada Deputada e a cada Deputado que nos proporcionaram um ano de 2007 vitorioso. Tive a oportunidade de aprovar três leis ordinárias e uma emenda à Constituição. Aliás, faço um destaque a ela, pois se tratava da aposentadoria dos policiais civis de Minas Gerais aos 30 anos de serviço, o que representa um grande impacto social. Certamente contamos com o apoio dos nossos Deputados e das nossas Deputadas nessa luta. Cumprimento os nossos companheiros da Comissão de Segurança Pública. Parabênico aqui o Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, pela condução dos trabalhos e por exercer, com muito brilhantismo, a Presidência desta Casa em 2007, demonstrando uma grande capacidade de liderança entre os demais pares deste Parlamento. Certamente não terá dificuldades para ser reconduzido ao cargo de Presidente ao final de 2008, porque esse é o sentimento, que acompanhamos e sentimos aqui, dos demais colegas Deputados. Cumprimento também o nosso Líder de Governo, Deputado Mauri Torres, que, de forma muito sábia, conduziu, com maestria e grande liderança, os trabalhos que realizamos em 2007. Quero cumprimentar os demais servidores da Assembléia, da nossa assessoria, do nosso gabinete, agradecer-lhes e dizer que foi um ano vitorioso, um ano em que realmente todos nós constatamos grandes avanços no Estado. Principalmente nas ações do governo, nas macroações, sentimos que o Estado avançou. Portanto, Sr. Presidente, quero agradecer aos nossos ilustres funcionários da TV Assembléia, que vêm acompanhando a cada instante, a cada momento, cada manifestação dos Deputados. A TV Assembléia está de parabéns, e tenho certeza de que, já no ano de 2008, teremos uma transmissão pela TV aberta, um canal aberto, o que será muito melhor para que a população de Minas Gerais possa conhecer, acompanhar e fiscalizar a atuação de cada Deputado. Parabéns a todos desta Casa, pelo brilhante trabalho que a Assembléia exerceu, um trabalho, eu diria, com dinamismo, mas, acima de tudo, o Poder, sob a batuta do nosso Presidente, vem cada vez mais ganhando autonomia, independência. Isso é fundamental para a democracia, um Poder Legislativo forte, que fiscalize e que realmente contribua para toda a sociedade. Queremos aproveitar este momento para desejar a todos um feliz Natal e um próspero ano-novo. Que Deus nos ilumine e nos dê muita saúde e paz de espírito, a todos os mineiros deste belo Estado que é Minas Gerais. Muito obrigado e boa noite a todos.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, servidores, quero desejar a todo o Estado, a toda a nossa população, a toda a comunidade, um feliz Natal, esperanças renovadas em 2008, atitudes de mudanças para o próximo ano e principalmente forças para enfrentarmos desafios que estão por vir a cada ano. Quero agradecer à Bancada do PT, ao PCdoB, neste ano, a oportunidade de ter cumprido o papel de liderar essa belíssima Bancada aguerrida, corajosa e que tem uma raiz social muito forte nos trabalhadores e na população mais

sofrida de Minas Gerais. Quero agradecer a oportunidade que tive este ano, que, para mim, foi de aprendizado, desafio e muito crescimento. Quero agradecer também a convivência de todos os Deputados, dos Deputados novos e das Deputadas, com as quais criamos amizade. Foi um ano muito importante pelas pessoas que chegaram a esta Assembléia e que puderam partilhar conosco, nesta Casa, sua experiência de vida. No final deste ano, desejo que todos passem o Natal com a família, confraternizem-se com os amigos, e que tenhamos um 2008 de muitas alegrias, novos crescimentos e novas possibilidades. Feliz 2008 e que o Orçamento seja também para trazer políticas públicas para toda a população de Minas Gerais. Muito obrigada.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 34/2007, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 18/2007, do Deputado Eros Biondini, que obriga o fornecimento gratuito de veículos motorizados para facilitar a locomoção de portadores de deficiência física e idosos; 27/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber os boletos de pagamento das contas de água, energia elétrica e telefonia confeccionados em braille; 30/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a inovação tecnológica e as parcerias estratégicas entre as instituições oficiais de ensino e pesquisa e a iniciativa privada, para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências; 56/2007, do Deputado Weliton Prado, que cria o Programa Estadual de Produção Alimentar em Pequenas Propriedades - Preapa-MG - e dá outras providências; 73/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que altera a Lei nº 13.317, de 24/9/99, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais; 408/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Arinos; 598/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.522, de 19/6/2005, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada à execução do programa de eletrificação rural - Pronoroeste; 641/2007, do Deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a reserva de vaga, em estágio, para pessoa portadora de deficiência, em órgão das administrações públicas direta e indireta do Estado; 700/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que estabelece normas de segurança para a carga e descarga de valores em estabelecimentos financeiros e dá outras providências; 755/2007, do Deputado Vanderlei Miranda, que altera o "caput" do art. 3º da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, que dispõe sobre a qualificação de pessoa de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; 817/2007, do Deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Conselho Central Nossa Senhora da Piedade de Caeté da Sociedade de São Vicente de Paulo imóvel que especifica; 885/2007, do Deputado Zezé Perrella, que destina assentos a idosos e deficientes físicos nos terminais rodoviários localizados no Estado; 1.116/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece normas para uso alternativo do solo de mata seca; 1.377/2007, do Deputado Gustavo Valadares, que institui o dia 25 de março como Dia do Atlético; 1.584/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.941, de 29/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos; 1.598/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica; 1.599/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas o imóvel que especifica; 1.600/2007, do Governador do Estado, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campo Belo o imóvel que especifica; 1.601/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Juiz de Fora o imóvel que especifica; 1.602/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Juiz de Fora o imóvel que especifica; 1.603/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 1.615/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre o PPAG para o período 2008-2011; 1.676/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais a abrir créditos suplementares ao seu orçamento para o exercício de 2007; 1.745/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Claro dos Poções o imóvel que especifica; 1.760/2007, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre o quadro de cargos dos serviços auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; 1.770/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Secretaria de Fazenda, a Lei Delegada nº 174, de 26/1/2007, que dispõe sobre o Grupo de Direção e Assessoramento do Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão e as funções gratificadas da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências; 1.786/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que institui o Dia do Produtor Rural; 1.805/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 124, de 25/1/2007 e dá outras providências; 1.854/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 11.730, de 30/12/94, 15.301, de 10/8/2004, 15.470, de 13/1/2005, e 15.961, de 30/12/2005, e dá outras providências; 1.876/2007, do Governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha - e dá outras providências; 1.879/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird; e 1.616/2007, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2008 (À sanção.).

Declarações de Voto

O Deputado Getúlio Neiva - Após aguardar um bom tempo nesta tribuna, gostaria de agradecer à Mesa, aos funcionários da Casa e a todos aqueles que contribuíram para o bom desempenho das nossas funções ao longo do ano de 2007. Mas, sobretudo gostaria de lembrar a nossa posição tomada em relação à discussão do ICMS Solidário, uma discussão acalorada e distribuída por todo território de Minas Gerais, envolvendo lideranças de 762 Municípios. Sob a tutela de V. Exa., refluímos de nossa posição de obliterar a pauta e permitir que se votasse a redução de ICMS, que se discutisse e votasse o Orçamento e demais leis, confiando na palavra de V. Exa. e na condução dos trabalhos pelo Líder Mauri Torres. Mas, sobretudo, confiando na determinação dos Deputados do Triângulo Mineiro, que apelaram para que não insistissemos, em virtude dos compromissos que tinham em sua região. Fizemos ver aos Deputados do Triângulo que não se trata de uma causa pessoal. Essa causa está sendo defendida pelos municipalistas desde 2003, e parte foi atendida e outra não. O Deputado Dinis Pinheiro, há cinco anos, vem cuidando desse assunto, por meio do Projeto de Lei nº 23/2003.

Mas outros Deputados também já trabalharam nesse assunto três anos antes de o Dinis começar. Lamentavelmente, não conseguimos chegar a bom termo. Setecentos e sessenta e dois Municípios mineiros serão beneficiados com o ICMS Solidário. Concordamos, e só concordamos porque ficou decidido, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos e Vereadores dos 762 Municípios mais pobres de Minas Gerais, nesta Assembléia, que levaríamos o projeto ao Plenário no primeiro trimestre do próximo ano. Uma decisão da Mesa criaria um grupo de trabalho para conduzir esse processo. O grupo de trabalho foi criado hoje por V. Exa., que cumpriu o acordo feito com a bancada do Triângulo Mineiro. Um dos membros dessa bancada faz parte desse grupo, para não se dizer que alguém foi excluído da discussão. Na verdade, os partidos foram contemplados com membros nesse grupo de trabalho. Trabalharemos com Ana Maria Resende, Presidente da frente que coordenou o ICMS Solidário, Dinis Pinheiro, autor do projeto, Durval Ângelo, Fábio Avelar, Getúlio Neiva, Gustavo Valadares, Luís Humberto Carneiro, Paulo Cesar, Weliton Prado e Antônio Genaro.

Sr. Presidente, gostaria, neste momento, não só de agradecer o entendimento que foi feito, mas, sobretudo, dizer aos 762 Municípios, por meio de seus Prefeitos e Vereadores, que só fizemos o compromisso, só o aceitamos, só aceitamos abrir mão da discussão da votação do ICMS neste exercício de 2007 porque podíamos confiar na Mesa desta Casa, no seu Presidente, no seu Vice-Presidente, no seu Secretário. Todos os compromissos assumidos foram absolutamente cumpridos.

A integridade dos membros da Mesa nos fez confiar que efetivamente todas as medidas e todo apoio técnico necessário serão oferecidos a esse grupo, para que possamos colocar em votação e não em discussão o projeto do ICMS Solidário. Alguns sugerem que façamos alterações ao longo do primeiro trimestre. Não sou muito adepto dessa idéia. Acho que aquilo que já foi discutido deve ser homologado, deve ser trazido para votação. Não podemos mais perder tempo. Já perdemos cinco anos. Estamos completando seis anos de perdas de receitas. Em função do quê? Quando a Lei Robin Hood foi votada, davam-se cinco anos de prazo para cidades mineradoras ficarem com 4,61, que viraram 4,68. Esse recurso foi redistribuído pelo VAF, beneficiando as cidades mais ricas de Minas Gerais. Durante todo esse tempo, houve uma apropriação indébita do dinheiro que deveria ter sido repartido pela Lei Robin Hood e não o foi. A justiça precisa ser feita. Sei que temos dificuldades, mas este Plenário haverá, de agora até o princípio do ano, encontrar o respaldo em outras esferas.

Estou convencido de que esse projeto, se tivesse sido colocado na pauta neste ano, teria sido aprovado. Os Deputados do Triângulo, com seus esforços e trabalhos, fizeram com que o projeto não fosse aprovado. O Triângulo precisa agradecer a esta Casa o fato de ter concordado em prorrogar o prazo para discutir o projeto e aprová-lo no próximo ano. O governo do Estado certamente encontrará uma forma de compensação para as 91 cidades que, possivelmente, deixarão de receber aquilo que estavam recebendo indevidamente ao longo de oito anos. Repito: estavam recebendo indevidamente ao longo de oito anos. Por isso deixei para fazer esse esclarecimento na última hora, assim como para agradecer a V. Exa. Votamos tudo que tínhamos para votar. Cumprimos nossa obrigação. Fizemos nosso dever de casa. V. Exa. conduziu o processo da melhor maneira possível. Estamos felizes e satisfeitos.

E, ao desejar feliz Natal ao povo de Minas Gerais, quero desejá-lo, sobretudo, àqueles que, ao longo desse tempo transformaram-se em amigos. Muito mais importante que tudo é a amizade que construímos ao longo deste ano. Refiro-me à relação afetuosa, respeitosa, ao fato de concordarmos que precisamos trabalhar juntos, porque a Minas está destinado, no futuro, um espaço no comando do governo federal deste país.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente, gostaria de cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos deste ano. Quero saudar, na sua pessoa, toda a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. Desejo também fazer a minha homenagem, cumprimentar e agradecer o carinho e a dedicação de todos os assessores desta Casa, nas Comissões, nas Diretorias, etc. Agradeço aos nossos assessores que, prontamente, de dia e de noite, trabalham e se debruçam sobre os projetos.

Travamos, neste Plenário, alguns debates importantes, mas, graças a Deus, fechamos o ano com saldo positivo. Por meio do projeto relativo ao Orçamento do Estado, de nº 1.616, o Governador apresenta grandes avanços em homenagem a várias cidades de nosso Estado e implementa obras prioritárias. Gostaria de destacar e cumprimentar o relator do Orçamento, Deputado Zé Maia, que conseguiu, com sua experiência, na medida do possível, acatar as sugestões dos parlamentares e atender aquilo que foi possível. Conseguimos, Sr. Presidente, garantir uma verba a ser investida na inclusão e na promoção social dos deficientes mentais e autistas. Sabemos que, apesar de ser pequeno, o valor já representa um grande começo. O governo poderá, por intermédio dessa janela, destinar mais recursos para atendimento aos deficientes mentais e autistas. Também garantimos recursos para construção, ampliação e reforma dos centros de convivência dos idosos, assim como para instituições não governamentais, que realizam trabalhos de reinserção social dos dependentes químicos.

Conseguimos também aumentar, em mais R\$380.000,00, a receita estimada. Estava previsto no orçamento R\$1.084.000,00. Assim passamos para R\$1.464.000,00. Esses recursos, como disse, serão empregados na reinserção social dos dependentes químicos. Enfim, fizemos um ótimo trabalho, pois conseguimos contemplar classes da sociedade mais necessitadas e carentes, garantindo também aos idosos, aos deficientes mentais, aos autistas e aos dependentes químicos uma receita justa, para que possam receber do Estado um tratamento adequado e digno. Também, Sr. Presidente - e quero aqui agradecer ao relator do projeto relativo a ICMS, Deputado Jayro Lessa -, conseguimos emplacar uma emenda de nossa autoria de tamanha importância, que se refere à redução de ICMS nas operações internas para produção do glicosímetro, aparelho destinado ao monitoramento e controle do nível de glicose capilar. Muitas pessoas sentem dificuldade para comprá-lo, e os governos federal e estadual não conseguem atender a sua demanda. Assim, conseguimos zerar o ICMS incidente sobre esse produto. Então o objetivo da nossa emenda é possibilitar a redução do preço dos aparelhos e ampliar o acesso da população mais carente do Estado. Quero agradecer aos nossos pares que votaram favoravelmente essas emendas. Todos os Deputados e todas as Deputadas desta Casa estão de parabéns. Espero que, no ano de 2008, esta Casa possa realmente legislar e trabalhar justa social, tendo à frente o nosso operante e grande administrador do Estado, Governador Aécio Neves, que realmente é um exemplo para todos os Estados do Brasil, pois sabe governar com eficiência e poucos recursos e, na medida do possível, atende àquelas cidades que precisam de mais atenção. Neste momento, Sr. Presidente, também quero cumprimentar meus nobres pares, Deputados e Deputadas, desejando-lhes um feliz Natal extensivo a seus familiares. E a todo o povo de Minas Gerais, desejo um Natal feliz, um ano-novo com muita saúde, muita harmonia e muita fraternidade. E que 2008 seja realmente um ano de grandes realizações para todas as famílias e para todo o povo que nos acompanha pela TV Assembléia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, já estamos terminando os trabalhos legislativos deste ano e entraremos em recesso. Mas gostaria de dizer que, nesses últimos dias do mês de dezembro e no mês de janeiro, iremos intensificar o nosso trabalho para termos mais força, aglutinar o máximo de pessoas, entidades e parlamentares para fazermos gestões pela redução da tarifa da conta de luz da Cemig. Junto ao Deputado Federal Elismar Prado, aproveitaremos os últimos dias deste ano e os meses de janeiro e fevereiro - não tiraremos nem um dia de férias, trabalharemos de forma incansável -, para colher o maior número de assinaturas possível em todas as regiões do Estado. Estarei presente na Praça Sete, na Praça da Liberdade, em Contagem, em Betim, em Montes Claros, no Sul de Minas, na Zona da Mata, em todo o Triângulo Mineiro. Colheremos o máximo possível de assinaturas percorrendo todo o Estado, fazendo gestões, discutindo em rádios e tevês, enfim, pedindo apoio para que possamos fazer pressão, para que a Aneel faça justa e, durante a revisão, diminua o valor da tarifa, da conta de energia, da conta de luz da Cemig. A revisão acontece de cinco em cinco anos e, no ano que vem, em abril, será feita a revisão tarifária da Cemig. Então já estamos nos antecipando. Fizemos esse trabalho durante todo o ano e continuaremos intensificando-o até o mês de abril. Queremos levar toneladas e toneladas e toneladas e mais toneladas e mais toneladas de papel com assinaturas de toda a população do Estado de Minas Gerais, para pressionar a Aneel. Queremos garantir também a distribuição de panfletos e cartões com o "site" da Aneel, porque todo cidadão tem direito de enviar sua proposta para revisão tarifária, e é obrigatória a análise de todas as propostas encaminhadas por "e-mails", por cartas ou pessoalmente, através da audiência pública. Aliás, na última audiência pública, ocorrida há mais de quatro anos, não havia mais de 100 participantes. Na próxima audiência, porém, queremos levar milhares e milhares de pessoas, porque todos têm direito de se expressar. E hoje, com certeza, é um grande sacrifício para as famílias mineiras pagar um valor exorbitante de conta de luz, que é o que mais pesa no orçamento doméstico. Então, com toda a pressão, com toda a mobilização, com toda a união e com o apoio da juventude, das entidades e dos parlamentares, tenho a certeza de que reuniremos todas as condições possíveis para garantir a redução no valor da conta de luz. Sabemos que a Cemig já se pronunciou a respeito de um possível aumento no valor da tarifa de energia para o próximo ano. Além de impedir esse aumento, queremos também garantir a redução significativa desse valor. Acamparemos na porta da Aneel. Eu mesmo ficarei ali nos dias que antecederem o processo da revisão tarifária, para, assim, pressionar a empresa. Ficaremos ali, de dia, de noite, de madrugada. Dormiremos à porta da Aneel, ficaremos de vigília, pressionando para garantir a redução. Sr. Presidente, antes de terminar minha fala, parabênize V. Exa. e a Mesa pela condução dos trabalhos em 2007, o que foi feito de forma democrática e respeitosa à minoria. Nosso reconhecimento é público. Encerro meu pronunciamento desejando que, em 2008, possamos garantir a redução no valor da tarifa de energia em Minas Gerais. Para se ter uma idéia, o valor de energia cobrado em nosso Estado é o dobro do que se cobra no Amapá; 76% mais que em São Paulo; 73% mais que em Brasília; 48% mais que no Rio Grande do Sul; 40% mais que em Goiás; 36% mais que no Rio de Janeiro; muito mais cara que no Ceará e na Bahia. A tarifa elétrica em Minas Gerais é a mais cara do Brasil. Que, em 2008, possamos reunir todas as condições para garantir uma redução significativa no valor da conta de luz, porque o povo não aguenta mais essa pressão. Não teremos medo. Continuaremos firmes. Não tiraremos férias sequer um dia. Trabalharemos todos os dias do mês de janeiro, conclamando a população de Minas Gerais a assinar abaixo-assinados pela redução da tarifa da conta de luz. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a solene de hoje, logo após a apreciação do Projeto de Lei nº 1.616/2007, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Sumário: Comparecimento - Abertura - Questão de ordem - Ata - Destinação da reunião - Declaração de encerramento - Suspensão e reabertura da reunião - Ata - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 21h7min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, no último dia desta sessão legislativa, não poderia deixar de parabenizar este Plenário e os telespectadores da TV Assembléia, a qual criamos há 12 anos e permite ao Deputado Weliton Prado falar do problema da conta de luz. Penso que todo brasileiro e todo mineiro tem de encampar essa luta do nobre Deputado, que começará com a coleta de assinaturas para pedir ao governo federal que tire o que ele próprio ganha com a conta de luz de nossas Minas Gerais. Os impostos do governo federal são muito altos. Então, Deputado Weliton Prado, uma das coisas que faremos será trabalhar para que o governo federal, que não contribui com nada, pare de arrecadar tanto de nossos trabalhadores na conta de energia elétrica. Por isso é que temos a mais cara conta de luz do País. Mas eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de agradecer a toda esta Casa pelo trabalho durante este ano. Tenho certeza de que, no próximo ano, no primeiro dia da sessão legislativa, aprovaremos, como V. Exa. disse, projeto de minha autoria que concede a venda de bebida em estádio. Isso se o Deputado Alencar da Silveira Jr. for convencido de que o Mineirão merece receber a cerveja de volta, pelo menos nos últimos 45 minutos finais de jogo. Espero também que possamos lutar pelo fim da cobrança dos estacionamentos em "shoppings". É um absurdo a pessoa estacionar seu carro, fazer compras nas lojas e ter que pagar o estacionamento. Gostaria que esta Casa, no próximo ano, apreciasse esse projeto de minha autoria. Sr. Presidente, a realidade está aí. Mais um ano encerrou-se. No próximo ano completaremos 20 anos de vida pública. São seis mandatos consecutivos vivendo e mostrando a realidade. Quero dizer a V. Exa. e a todos os Deputados presentes que cheguem à porta de suas casas e dos bares: o jogo está solto. Mais um ano se encerrará, e as maquininhas estão rolando, os bingos clandestinos estão acontecendo. O Ministério Público não faz a sua parte porque não consegue, porque há muita coisa a ser feita. O jogo ilegal atende a todos. Quem sabe no próximo ano o governo federal tem condição de mandar que cada Estado legalize a loteria para que possa fiscalizar e explorar o jogo neste país. Sr. Presidente, quero agradecer publicamente ao Deputado Zé Maia. Hoje acabamos de fechar a nossa pré-temporada do América Futebol Clube na cidade do Deputado, para onde o América embarca no próximo dia 15 e ficará 15 dias preparando-se para o Módulo 2 do Campeonato Mineiro do próximo ano. Reformas são necessárias, e tenho certeza de que acontecerão para melhor. Minas Gerais está cada dia melhor. Convido todos para assistirem, no próximo sábado, às 16 horas, no Estádio Independência, um jogo de amizade em que a Banda Sepultura, de Belo Horizonte, que faz sucesso no mundo inteiro, estará fazendo um jogo pelo trabalho e pela amizade. Será às 16 horas, no Estádio Independência. Todos os Deputados estão convidados. Parabenizo o Sr. Presidente pela condução dos trabalhos neste ano, o Deputado Doutor Viana, o Deputado José Henrique e todos os companheiros desta Casa. V. Exa. é muito ponderado, conseguiu atender a todos mostrando a necessidade de um Presidente atuante não só em Minas Gerais, mas em todo o Brasil, na liderança da Presidência do Colegiado de Presidentes. No próximo ano teremos muita luta para não perdermos mais com o governo federal. E agora, há a tentativa dos Deputados Federais de toda a América de tentar acabar com a permanência na Copa da Confederação do Parlamento das Américas, para tentar acabar com a presença do Deputado Estadual, valorizando somente os Deputados Federais e dando voz para as Américas. Tenho certeza de que V. Exa., no Colegiado de Presidentes, fará a sua parte. Nós estaremos fazendo a nossa parte. Agradeço a todos os funcionários e aos telespectadores da TV Assembléia. Que Deus nos proteja. Aquilo que quero para mim, tenham certeza de que quero para todos os companheiros desta Casa e para todos os brasileiros, para todos os seres humanos que pensam como eu e sonham com um Brasil e com uma Minas Gerais cada vez melhor. Uma Minas que realmente dará resultado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao encerramento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura.

Declaração de Encerramento

O Sr. Presidente - Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, declaro encerrada a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos por 3 segundos para que seja ultimada a redação da ata desta reunião. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião.

Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata desta reunião, que é aprovada sem restrições.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião. Levanta-se a reunião.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/12/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando Aida Rosa Tomaz do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 4 horas;

exonerando Ailon Luiz do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas;

exonerando Vanessa Cristina Brito Fernandes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Aida Rosa Tomaz para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Vanessa Cristina Brito Fernandes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Elizabete Márcia G de Almeida para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Denis Luciano Sette para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Thyssenkrupp Elevadores S.A. Objeto: fornecimento de uma plataforma de transporte vertical para portadores de necessidades especiais e prestação de serviços de manutenção. Dotação orçamentária: 449051 e 3309039. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Convite nº 11/2007.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Reformalar Ltda. Objeto: manutenção corretiva e reforma de mobiliário. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação contratual com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 2/2/2008 até 2/2/2009. Dotação orçamentária: 339039.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto o registro de preços relativos à contratação de empresa(s) ou consórcio(s) de empresas especializadas para a prestação de serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de retransmissão de TV, a sessão pública virtual fica adiada, com data a ser definida posteriormente pela ALMG.

Belo Horizonte, 7 de janeiro de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.